



15 DE MARÇO DE 2018

Quinta-feira

- GOVERNO LANÇA PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA COM CRÉDITO DE R\$ 9,1 BI
- MDIC E ABDI LANÇAM AGENDA BRASILEIRA PARA A INDÚSTRIA 4.0 NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL
- MDIC E ABDI LANÇAM EDITAL QUE VAI SELECIONAR PROJETOS PARA CRIAÇÃO DE FÁBRICAS DO FUTURO
- PARA EMPRESÁRIOS, QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL PODE ELIMINAR EMPREGOS
- NORMA DE SEGURANÇA DO TRABALHO NO BRASIL PERMITIRÁ ROBOTIZAÇÃO DA INDÚSTRIA
- PUBLICADA CIRCULAR QUE APROVA E DIVULGA O CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO eSOCIAL E SUA VERSÃO 2.4.01.
- EMPREGO NA INDÚSTRIA DE SP TEM MELHOR SALDO PARA FEVEREIRO DESDE 2014, DIZ FIESP
- INDÚSTRIA PAULISTA CRIA 2 MIL POSTOS DE TRABALHO EM FEVEREIRO
- SIMPI DIZ QUE 180 MIL MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS DA INDÚSTRIAS AINDA ESTÃO RECEOSOS COM A ECONOMIA
- NOVO PROJETO DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO COM O BRASIL
- NOVO CÓDIGO COMERCIAL PODE MELHORAR AMBIENTE DE NEGÓCIOS, DIZ IVES GANDRA MARTINS
- PLANO DE SINDICALISTAS PARA MANTER IMPOSTO FRACASSA
- MP DA REFORMA TRABALHISTA PODE CADUCAR, DIZ MAIA
- MAIA SUGERE QUE 'TEMPO CURTO' PODE ENTERRAR MP DE AJUSTES NA REFORMA TRABALHISTA
- ELETOBRAS VAI LANÇAR PDV NA PRÓXIMA SEMANA, AFIRMA PRESIDENTE
- BRASIL PODE CRESCER ACIMA DE POTENCIAL POR 3 OU 4 ANOS, DIZ MEIRELLES

- MEIRELLES DIZ QUE REDUÇÃO DE TRIBUTOS DEPENDE DO CORTE DE DESPESAS
- BRACHER DIZ QUE ESTABILIDADE MACROECONÔMICA É CRUCIAL PARA ATRAIR ESTRANGEIROS
- ALCKMIN: PREVIDÊNCIA É REFORMA QUE PRECISA SER FEITA NO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO
- REFORMA TRIBUTÁRIA NÃO FOI FEITA POR FALTA DE VONTADE POLÍTICA, DIZ MEIRELLES
- TEMER DIZ QUE PERCEBEU QUE SERIA DIFÍCIL VOTAR NESTE MOMENTO A REFORMA
- SEM REFORMAS, RETOMADA PODE SER 'VOO DE GALINHA', DIZ LUIZ CARLOS TRABUCO
- REONERAÇÃO DA FOLHA VAI RENDER QUASE R\$ 6 BILHÕES A MENOS PARA O GOVERNO
- MEDIDA POPULAR É AQUELA QUE GERA CRESCIMENTO E EMPREGO, DIZ MEIRELLES
- SAÍDA DE DÓLARES SUPERA ENTRADA EM US\$ 3,728 BI EM MARÇO ATÉ DIA 9, DIZ BC
- IGP-10 DE MARÇO ACELERA PARA 0,45% ANTE ALTA DE 0,23% EM FEVEREIRO, REVELA FGV
- EMPREENDEDORES SOCIAIS DEBATEM FINANCIAMENTO
- ARTIGO: PRESENTE RUIM, FUTURO PIOR PARA O BRASIL
- CARGA DE ENERGIA NO SISTEMA INTERLIGADO DO BRASIL CAI 2,3% EM FEVEREIRO, DIZ ONS
- TEMER ASSINA DECRETO QUE INCENTIVA ETANOL E BIODIESEL
- CADE ARQUIVA PROCESSO CONTRA FIAT, FORD E VOLKSWAGEN
- GE INICIA VOOS DE TESTE COM MOTOR GIGANTE GE9X APÓS ATRASOS
- INDÚSTRIA LOCAL PEDE PROTEÇÃO AO GOVERNO
- DECISÃO DE DONALD TRUMP PÕE 5 MIL METALÚRGICOS EM ALERTA
- 'SE NÃO FOSSE A OMC, JÁ ESTARÍAMOS EM GUERRA COMERCIAL', DIZ AZEVÊDO
- EUA SINALIZAM QUE POUCOS PRODUTOS SERÃO EXCLUÍDOS DAS TARIFAS DE AÇO E ALUMÍNIO
- EMBAIXADOR BRASILEIRO LANÇA OFENSIVA NOS EUA
- LEVANTARAM A BOLA PARA O BRASIL FAZER GOL, DIZ STEINBRUCH SOBRE AÇO
- TEMER DIZ QUE LIGARÁ PARA TRUMP PARA DISCUTIR SOBRETAXAÇÃO DE AÇO E ALUMÍNIO

- PRESIDENTE DA CSN DIZ NÃO ACREDITAR QUE AÇO SEMIACABADO SERÁ SOBRETAXADO
- GOVERNOS PRECISAM DE PACTO PARA GLOBALIZAÇÃO, DIZ ESPECIALISTA
- MAIA PATROCINA REAÇÃO DO CONGRESSO À SOBRETAXA DE TRUMP AO AÇO
- TRUMP BATEU NO AÇO, BRASIL VAI REVIDAR NO ETANOL DE MILHO

CÂMBIO		
EM 15/03/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,285	3,285
Euro	3,047	4,048

Fonte: BACEN

Governo lança programa de modernização da indústria com crédito de R\$ 9,1 bi

15/03/2018 – Fonte: DCI

Objetivo é que, até 2020, 18% da indústria nacional já tenha atualizado suas linhas de produção com base nas tecnologias avançadas da chamada Quarta Revolução Industrial, também conhecida como Indústria 4.0



Governo lança programa de modernização da indústria com crédito de R\$ 9,1 bi
Estadão Conteúdo

O governo federal aproveitou a realização do Fórum Econômico Mundial em São Paulo para lançar um programa de modernização do parque industrial brasileiro que prevê linhas especiais de crédito que somam R\$ 9,1 bilhões e a isenção do imposto de importação de robôs para incentivar a adoção das novas tecnologias de manufatura.

O objetivo é que, até 2020, 18% da indústria nacional já tenha atualizado suas linhas de produção com base nas tecnologias avançadas da chamada Quarta Revolução Industrial, também conhecida como Indústria 4.0.

A maior parte do crédito - R\$ 5 bilhões em três anos - será desembolsada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), já com juros mais baixos em razão do corte, de 1,7% para 0,9% ao ano, da taxa de remuneração do banco na

modalidade. Outros R\$ 3 bilhões e R\$ 1,1 bilhão sairão de linhas da Finep e do Banco da Amazônia (Basa), respectivamente.

"Não são os bilhões que resolvem, mas sim a acessibilidade, e o BNDES está voltado a ser uma plataforma acessível aos pequenos empresários", comentou o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, durante coletiva dada no Fórum Econômico Mundial, realizado na zona sul da capital paulista.

Rabello ponderou, porém, que políticas de incentivo setorial não serão suficientes sem medidas de simplificação tributária e de desburocratização da economia.

O programa é resultado de um debate liderado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) com o setor produtivo nos últimos nove meses.

"Estamos lançando uma política preocupados com a cadeia global de valor. Estamos num novo tempo para a indústria nacional. Temos como estimular, seja com tarifas zero na importação de robôs, seja com financiamento a taxas reduzidas", comentou o ministro interino da Indústria, Marcos Jorge.

MDIC e ABDI lançam Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 no Fórum Econômico Mundial

15/03/2018 – Fonte: MDIC



Medidas incluem alíquota zero para a importação de robôs, capacitação profissional e recursos para fábricas do futuro

Agenda conta com a participação dos Ministérios do Planejamento (MPDG) e de Ciência e Tecnologia (MCTIC), com linhas de crédito à indústria. No total, serão cerca de R\$ 9,1 bilhões. Ministérios do Trabalho e da Educação serão parceiros também.

A indústria brasileira enfrenta o desafio de aumentar sua competitividade no cenário global impactado pela 4ª Revolução Industrial. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), lançou hoje um conjunto de medidas para auxiliar o setor produtivo, em especial as pequenas e médias indústrias, em direção ao futuro da produção industrial.

"A recuperação da economia brasileira e a melhoria do ambiente de negócios trazem oportunidades para o investimento em inovação e a transformação das plantas industriais atuais em fábricas inteligentes e modulares", explica o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge.

A Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 é resultado de debate com o setor produtivo nacional, liderado pelo MDIC nos últimos nove meses. As medidas contemplam ações que vão da difusão deste novo conceito à disponibilização de linhas crédito mais acessíveis para que indústrias de todos os portes possam investir na adoção ou geração de novas tecnologias.

O conjunto de medidas, estruturado a partir do conceito de jornada para a indústria 4.0, prevê amplo suporte ao empresário que pretende seguir o caminho da transformação digital. "Eficiência, controle de processos, qualidade dos produtos e segurança dos trabalhadores se impõem hoje como condição para o setor produtivo

avançar rumo à indústria 4.0”, diz. O ministro acrescenta ainda que esta Agenda também prevê aumento de competitividade da indústria nacional, hoje um grande gargalo do setor.

“A indústria 4.0 deve mobilizar imediatamente nosso setor produtivo. O futuro da economia brasileira necessariamente passa por essa nova Revolução Industrial. A sociedade e todas as esferas do poder público também precisam estar preparadas para esse novo tempo. Precisamos de um esforço conjunto, que posicione o Brasil estrategicamente nesse contexto global”, explica o presidente da ABDI, Guto Ferreira.

MEDIDAS

A indústria 4.0 representa a 4ª Revolução Industrial e se caracteriza por um conjunto de tecnologias que permitem a fusão do mundo físico, digital e biológico aos processos produtivos, etapas da cadeia de valor, distribuição, entre outras mudanças. Todos os detalhes e sistemas relacionados à Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 serão divulgados no site www.industria40.gov.br.

A jornada para a Indústria 4.0 segue, inicialmente, as etapas apresentadas a seguir.

Sensibilização

Ainda há no Brasil grande desconhecimento sobre os conceitos da indústria 4.0 e suas aplicações. Buscando ampliar o acesso a esse novo universo de possibilidades para o setor produtivo, e assim como ocorreu em outros países, será executada campanha permanente de comunicação, principalmente em meios digitais, para disseminação dos conceitos e aplicações-piloto, com instituições parceiras e conforme demanda do público-alvo. Também estão previstas as realizações de seminários e workshops.

Avaliação e oportunidades de negócios

No portal da Agenda, o empreendedor brasileiro poderá acessar uma plataforma para a avaliação do grau de maturidade do seu negócio em relação a jornada para a indústria 4.0. Pela avaliação de dimensões tecnológicas, operacionais, organizacionais e estratégicas, as empresas poderão identificar os primeiros passos em sua transformação digital.

Além disso, haverá uma plataforma de serviços, integrada a de avaliação, que permitirá ao empreendedor se conectar às empresas que ofertam tecnologia, para apoiarem as indústrias brasileiras nesta jornada.

Meta: pelo menos 3 mil empresas avaliadas em dois anos.

Fábricas do futuro

Muitas vezes a empresa almeja inovar e desenvolver novas tecnologias, lidando com níveis altos de incerteza e risco nesses empreendimentos. Para isso, o MDIC e a ABDI, em parceria com agências federais e estaduais de fomento, financiarão o desenvolvimento das chamadas fábricas do futuro, que são ambientes reais para testes de soluções inovadoras (testbeds), para que possam ser, posteriormente, aplicadas no processo produtivo.

Serão destinados R\$ 30 milhões a 20 projetos de testbeds, entre recursos públicos e privados.

Conexão entre startups e indústrias

A Agenda Brasil 4.0 contempla a aproximação entre indústrias e startups, por meio do programa Startup Indústria 4.0, desenvolvido pela ABDI, que irá destinar R\$ 30 milhões até 2019, entre recursos públicos e privados, para que empresas nascentes desenvolvam soluções tecnológicas para as indústrias nacionais. Outra frente desse programa é a disseminação de processos que promovam as mudanças culturais necessárias para que as indústrias alcancem o patamar 4.0.

Meta: até 50 indústrias e 100 startups apoiadas no período.

Financiamento

Instituições financeiras públicas e privadas, entendendo a importância do desenvolvimento de projetos tecnológicos e de inovação na indústria nacional, oferecem linhas de crédito especiais para a modernização das plantas produtivas, produção de máquinas ou sistemas.

A expectativa é atuar na superação dos desafios da indústria, apoiando a inovação nas empresas brasileiras tendo como foco a adoção de tecnologias habilitadoras da Indústria 4.0. A iniciativa envolve atualmente Finep, BNDES e BASA, cujas linhas de crédito, com perfis distintos, somam cerca de R\$ 9,1 bilhões, da seguinte forma:

- **BNDES:**

Redução do spread de 1,7% para 0,9% a.a, com prazos alongados para projetos voltados à indústria 4.0. A meta é apoiar a implantação e modernização de plantas produtivas, fabricação de máquinas ou sistemas, automação (internet das coisas, inteligência artificial, analytics e big data), novos materiais, manufatura aditiva, além de dispositivos de sensoriamento e rastreabilidade.

A instituição também prepara modalidade de operação direta, com processos simplificados e digitais de financiamento para facilitar acesso a crédito para projetos de valores inferiores a R\$ 10 milhões.

Volume de crédito: R\$ 5 bilhões em três anos.

- **FINEP:**

Oferta de crédito com taxas de juros que vão de TJLP menos 1,5% até TJLP mais 6,25% para os projetos de desenvolvimento tecnológico inovativo e incorporação de tecnologias através de equipamentos e serviços. O crédito será operado de forma flexível, incluindo integração de software e sistemas ciberfísicos.

Com isso, o empresário poderá adquirir não apenas bens, mas conteúdo tecnológico. Além disso, a instituição prevê uma modalidade expressa de avaliação deste tipo de projeto, de forma a liberar os recursos com maior rapidez. Micro e pequenas empresas serão atendidas via FINEP Inovacred, o programa de crédito descentralizado da FINEP que funciona em parceria com os bancos de desenvolvimento regional.

Em outra linha, a FINEP será parceira na avaliação dos resultados obtidos pelos testbeds e Fábricas do Futuro, apoiados pela Agenda Brasileira para Indústria 4.0, dispondo de recursos para avaliação e posterior suporte para que possam ganhar escala.

Volume de crédito: R\$ 3 bilhões em três anos.

- **BASA:**

Com recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), a principal fonte de crédito de fomento para a região, o Banco da Amazônia (BASA) disponibilizará R\$ 1,1 bilhão para a indústria 4.0. O valor poderá ser ampliado conforme demanda das indústrias da região Norte do País, onde está localizada a Zona Franca de Manaus, por exemplo.

A instituição prepara pacote para modernização do parque tecnológico da região, com linhas de financiamento com taxas de juros que variam de 4,5% e 6,5% ao ano.

O alvo são projetos de modernização, aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas ciberfísicos e robôs, tecnologia de hardware e software, treinamento, investimentos fixos e capital de giro, entre outros, com prazos de pagamento de até 12 anos, podendo chegar a 20 anos para projetos de infraestrutura.

Volume de crédito: R\$ 1,1 bilhão.

- **MDIC - MEC**

A 4ª Revolução Industrial impactará o mercado de trabalho e as demandas e ofertas por profissionais. Por meio de Memorando de Entendimentos (MoU), MDIC e Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Comissão Europeia, destinarão recursos para o treinamento de 1,5 mil professores de educação profissional e tecnológica em indústria 4.0.

Do mesmo modo, 10 mil alunos da rede federal de educação profissional e tecnológica serão capacitados. Os recursos serão aplicados, ainda, na criação de até 100 laboratórios voltados à 4ª Revolução Industrial.

- MDIC – MTb – BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério do Trabalho (MTb) e MDIC estabelecerão mesa temática para discutir a mudança no perfil dos empregos a partir da 4ª Revolução Industrial. O objetivo é ajudar os trabalhadores brasileiros a se ajustarem às mudanças no mercado de trabalho.

A iniciativa prevê o mapeamento de habilidades e competências para atualizar a descrição das ocupações na formação dos currículos; adequação e certificação curricular. O objetivo é que os cursos estejam alinhados com a oferta e a demanda do mercado de trabalho, facilitando a transição para os empregos 4.0.

Além disso, a parceria prevê a criação de mecanismo de financiamento público-privado para requalificação dos trabalhadores.

Valor do investimento: R\$ 100 milhões, entre 2018 e 2019.

Comércio internacional

O tema da indústria 4.0 deverá ser inserido em todos os acordos comerciais dos quais o Brasil faz parte, seja por meio do Mercosul seja em acordos bilaterais, com destaque para as negociações com a União Europeia, México e Canadá. Também será contemplado em cooperações e projetos bilaterais focados no tema indústria 4.0. Além disso, a Agenda Brasil 4.0 aponta as seguintes ações:

- Zerar o imposto de importação para aquisição de robôs industriais não produzidos no Brasil. Com a eliminação da alíquota de 14%, o governo espera que o setor produtivo invista US\$ 250 milhões nos próximos dois anos na compra de robôs que poderão ser usados em segmentos como o têxtil, automotivo, calçadista, alimentos e bebidas, entre outros. A decisão foi tomada pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) há cerca de um mês.
- Redução da alíquota do Imposto de Importação (II) para impressoras 3D e equipamentos voltados para a Manufatura Aditiva. Com a medida, a expectativa é gerar investimentos de cerca de R\$ 200 milhões, em três anos.

Revisão de normas

Definir as regras legais de forma adequada é condição básica para que as empresas brasileiras migrem para o modelo 4.0. Por isso, foi proposta uma agenda de reformas legais e infralegais, entre as quais destacam-se, prioritariamente:

- Robôs colaborativos (COBOT) – atualização de diversas normas (NR-12, ISO 10218:1, 13849, por exemplo) para acelerar a robotização da indústria brasileira.
- Polo Industrial de Manaus (PIM) 4.0 – ajustes de instrumentos (PPBs, P&D, PPIs etc) para permitir que as empresas do PIM realizem investimentos na modernização e digitalização do seu parque industrial.
- Privacidade e proteção de dados – aprovação de marco legal que garanta segurança jurídica à indústria em um contexto digital.

MDIC e ABDI lançam edital que vai selecionar projetos para criação de fábricas do futuro

15/03/2018 – Fonte: MDIC

Texto publicado no DOU de hoje está alinhado com os temas da estratégia brasileira para a Indústria 4.0, lançado pelo ministro Marcos Jorge durante o Fórum Econômico Mundial

Para inovar e desenvolver novas tecnologias dentro das empresas brasileiras, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) lançaram hoje o [Edital de Chamamento público nº 1/2018](#). O objetivo é orientar a seleção de até dez projetos elaborados por empresas ou instituições brasileiras para a realização das chamadas fábricas inovadoras (testbeds, em inglês), que são ambientes reais para testes de soluções inovadoras, para que possam ser, posteriormente, aplicadas no processo produtivo.

O texto publicado no Diário Oficial da União (DOU) de hoje, está alinhado com os temas da estratégia governamental brasileira para a Indústria 4.0, lançado nesta quarta-feira (14) pelo ministro Marcos Jorge durante o Fórum Econômico Mundial, realizado em São Paulo. A estratégia também terá a parceria com agências federais e estaduais de fomento, que contribuirão para financiar o desenvolvimento das fábricas do futuro.

O edital estabelece as seguintes áreas de interesse para o envio de proposta: desenvolvimento e conhecimento tecnológico; mecanismos de inserção e adoção de tecnologias; habilidades sistêmicas e formação educacional 4.0; teste e validação de modelos de fomento e financiamento para a adoção e geração de tecnologias para a indústria 4.0.

Poderão participar instituições de ensino superior, públicas ou privadas sem fins lucrativos; instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs) e centros de pesquisa e desenvolvimento, públicos ou privados; além de empresas públicas e privadas que executem atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Os interessados devem encaminhar sugestão sob a forma de proposta de desenvolvimento tecnológico e inovação ao MDIC até o dia 14 de junho de 2018 para o endereço eletrônico: industria4.0@mdic.gov.br, ou encaminhar a proposta para o endereço: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Sala 601, Brasília – DF, CEP - 70053-900, com assunto: Edital de Qualificação para Projetos de Test Beds e Fábricas do Futuro. Após o envio, o recibo dos correios servirá como comprovante de envio.

Para ler todo edital [clique aqui](#).

Para obter mais informações sobre a indústria 4.0, acesse: www.industria40.gov.br/

Para empresários, quarta revolução industrial pode eliminar empregos

15/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Se por um lado há grande preocupação no Brasil em relação ao risco de que a chamada quarta revolução industrial eliminará empregos, por outro, empresários reclamam que falta mão de obra qualificada para ocupar novas vagas que estão surgindo na esteira de mudanças como a expansão da inteligência artificial.

“Conversando com clientes aqui nos últimos dois dias, percebi que há esses dois sentimentos contraditórios”, afirmou Gianfranco Casati, presidente da Accenture, para mercados em crescimento, como América Latina e Ásia.

O executivo moderou um debate sobre quarta revolução industrial nesta quarta-feira (14) durante o Fórum Econômico Mundial para América Latina, em São Paulo.



Gianfranco Casati durante o Fórum Econômico Mundial, em São Paulo - Folhpress

Em outra mesa cujo tema era a economia pós-industrial, as discussões também foram focadas na formação de jovens para empregos que ainda nem existem.

Segundo os participantes dos painéis, esse desafio faz com que o mais importante seja treinar os trabalhadores para que eles tenham habilidades sociais, como capacidade de cooperar e de aprender a resolver problemas.

“Devemos ensinar as pessoas a aprender a realizar tarefas e não trabalhos. Devemos focar em atividades e não em setores”, disse Angel Melguizo, diretor da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) para América Latina.

Para o ministro de Finanças da Colômbia, Mauricio Cárdenas, o desafio da revolução digital e da necessidade de inovação não é incompatível com atividades econômicas centradas no setor de commodities, como muitas latino-americanas.

Ele e outros palestrantes, como Melguizo, ressaltaram que a região precisa desenvolver novos serviços relacionados à produção de commodities.

“Isso não implica deixar de pensar em inovação. Na Colômbia, por exemplo, temos direcionado 10% dos royalties de petróleo para investir em ciência e tecnologia”.

De acordo com Michael Gregoire, CEO da CA Technologies, o fato de que os latino-americanos são grandes consumidores de tecnologia é causa para otimismo. Mas, ressalta ele, a região precisa transformar esse interesse em iniciativas para gerar maior inovação. A percepção dos debatedores é de que os países latino-americanos têm ficado para trás nesse quesito.

Norma de segurança do trabalho no Brasil permitirá robotização da indústria

15/03/2018 – Fonte: MDIC

- Anexo à NR-12, que trata do uso de máquinas e equipamentos, esclarece uso de robôs colaborativos na produção
- Medida integra a Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, lançada pelo MDIC no Fórum Econômico Mundial

Em um esforço conjunto, técnicos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e do Ministério do Trabalho (MTb) elaboraram um anexo, em forma de nota técnica, à “Norma Regulamentadora 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos” específico para tratar do uso de robôs colaborativos em sistemas produtivos. O objetivo é eliminar barreiras para a robotização de plantas industriais brasileiras.

O documento esclarece dúvidas e estabelece regras para o uso de robôs colaborativos (COBOTs) pela indústria.

A nota técnica será usada como parâmetro tanto para empregadores quanto os auditores do MTb, que fiscalizarão a aplicação da norma. A instrução permite verificar questões de segurança e risco aos trabalhadores, no uso de diferentes marcas e modelos de COBOTs.

“Identificamos que uma das principais barreiras à utilização intensa desses robôs era a ausência de legislação nacional específica, que, por vezes, gerava no meio industrial o mito de que esses sistemas não atenderiam à NR-12”, explica o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge.

O ministro do Trabalho, Helton Yomura, lembra que o objetivo foi conciliar as novas necessidades do mercado e a prevenção de acidentes de trabalho. “Diante dessa inovação verificada na indústria, não poderíamos deixar de garantir a segurança dos trabalhadores que operariam esses equipamentos”, afirma.

A medida integra a Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, lançada pelo MDIC e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) no Fórum Econômico Mundial América Latina.

“Com uma regulamentação moderna, o Brasil avança em direção ao uso de tecnologias de ponta, como já ocorre nas principais economias do mundo”, acrescenta Marcos Jorge.

O conjunto de ações proposto pela Agenda contempla a revisão de marcos legais considerados estratégicos para a jornada da indústria brasileira rumo ao 4.0. Entre eles, a NR-12, cujo objetivo é reduzir acidentes de trabalho no uso de máquinas e equipamentos.

COBOTs

Os Cobots são uma nova geração de equipamentos, projetados para operar de modo seguro, lado a lado com os seres humanos, em uma relação de interação e cooperação.

A tecnologia permite a evolução de processos de manufatura e permite que os operadores sejam mais eficientes em tarefas cognitivas e se adaptem a demandas variáveis de produção.

A robótica colaborativa pode ser adotada em linhas de montagem, ao lado de trabalhadores, para exercer funções como montagem, movimentações de objetos, abastecimento de máquinas, paletização e processos de embalagem, por exemplo.

Com isso, abrange grande número de setores nos quais pode ser aplicada.

Publicada Circular que aprova e divulga o cronograma de implantação do eSocial e sua versão 2.4.01.

15/03/2018 – Fonte: CNI

Publicada no DOU de 05/03/18 - Seção I, pág.30, a [Circular nº 802](#) que aprova e divulga o cronograma de implantação do eSocial e o Leiaute do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial versão 2.4.01.



Emprego na indústria de SP tem melhor saldo para fevereiro desde 2014, diz Fiesp

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O nível de emprego na indústria paulista caiu 0,03% em fevereiro ante janeiro na série com ajuste sazonal, segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Sem ajuste, houve avanço de 0,10%, com a geração de 2 mil vagas, o melhor saldo para o mês desde 2014 (7,5 mil). Em fevereiro de 2017, a indústria paulista fechou 3 mil postos de trabalho.

No acumulado do ano, o resultado também é o melhor para o período desde 2014, com a criação de 12,5 mil novas vagas (0,59%).

“Apesar de uma estabilidade na geração de empregos na indústria em fevereiro, esperamos aceleração desse saldo para os próximos meses estimulada pelo aumento da confiança empresarial e do consumo”, avaliou o segundo vice-presidente da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, lembrando que a entidade prevê a criação de 20 mil vagas no fechamento do ano.

Dez dos 22 setores acompanhados pela pesquisa ficaram positivos em fevereiro, enquanto três ficaram estáveis e nove, negativos.

O destaque de alta foi o setor de coque, derivado do petróleo e biocombustíveis, com geração de 1.030 postos de trabalho, seguido de confecção de artigos do vestuário e acessórios (1.019). Já o segmento que mais cortou vagas em fevereiro foi o de produtos de borracha e de material plástico (-1.408).

Na série sem ajuste, houve avanço no interior paulista (0,27%) no mês, mas queda de 0,35% na Grande São Paulo.

Nas diretorias regionais, 21 de 36 apontaram alta, com destaque para Franca (2,80%), influenciada pelo setor de artefatos de couro e calçados (5,13%) e coque, petróleo e biocombustíveis (2,27%).

Outras 10 regiões ficaram negativas e o pior resultado foi o de Matão (-2,65%), por produtos alimentícios (-3,99%) e máquinas e equipamentos (-2,74%).

Indústria paulista cria 2 mil postos de trabalho em fevereiro

15/03/2018 – Fonte: R7

Dados da Fiesp mostram que dentre os 22 setores acompanhados, 10 ficaram positivos no mês de fevereiro. Três ficaram estáveis e nove, negativos



A indústria paulista criou 2 mil postos de trabalho em fevereiro, na série sem ajuste sazonal, 0,10% a mais do que em janeiro. Esse foi o melhor resultado para o mês desde 2014, quando haviam sido criadas 7,5 mil novas vagas.

Em janeiro do ano passado, houve corte de 3 mil vagas. Segundo os dados do Nível de Emprego do Estado de São Paulo, divulgados nesta quarta-feira (14) pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp), no acumulado do ano as vagas novas totalizam 12,5 mil, um aumento de 0,59%. Na série com ajuste sazonal, o índice ficou estável (-0,03%) no mês.

"Esperamos aceleração desse saldo para os próximos meses estimulada pelo aumento da confiança empresarial e do consumo", disse o segundo vice-presidente da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho.

Os dados mostram que, entre os 22 setores acompanhados, 10 ficaram positivos no mês de fevereiro; três, estáveis; e nove, negativos.

Entre os positivos, os destaques são coque, derivado do petróleo e biocombustíveis, com geração de 1.030 postos de trabalho, seguido por confecção de artigos do vestuário e acessórios (1.019). Os negativos são produtos de borracha e de material plástico (-1.408) e produtos diversos (-622).

Segundo a apuração mensal, a variação no mês ficou positiva no interior paulista (0,27%). Já na Grande São Paulo, houve queda (-0,35%). Entre as 36 diretorias regionais, houve variação nos resultados.

Nas 21 que apresentaram alta, destacam-se Franca (2,80%), onde o resultado foi influenciado pelo setor de artefatos de couro e calçados (5,13%) e coque, petróleo e biocombustíveis (2,27%); Mogi das Cruzes (2,03%), cujo desempenho foi impulsionado por produtos de minerais não metálicos (1,62%) e máquinas e equipamentos (1,72%) e Araraquara (1,35%), em que o aumento foi puxado por produtos alimentícios (1,26%) e produtos de borracha e plástico (3,10%).

Entre as 10 que registraram queda destacam-se Matão (-2,65%), com a influência de produtos alimentícios (-3,99%) e máquinas e equipamentos (-2,74%); Jaú (-2%), puxada por artefato de couro e calçados (-10,10%) e coque, petróleo e biocombustíveis (-0,34%); e Santos (-1,53%), sob o impacto de produtos alimentícios (-2,56%), impressão e reprodução de gravações (-3,27%).

Simpi diz que 180 mil micro e pequenos empresários da indústrias ainda estão receosos com a economia

15/03/2018 – Fonte: DCI

Pesquisa encomendada pelo Sindicato da Micro e Pequena Indústria de São Paulo (Simpi) revela que, mesmo com perspectiva de crescimento na economia do País em 2018, cerca de 180 mil empresários sentem-se receosos quanto ao futuro do segmento. O balanço traz números referentes ao mês de fevereiro.

O estudo indica que 13% dos empresários demitiram no mês passado, contra 19% em janeiro. Porém, apenas 11% das Micros e Pequenas Indústrias (MPIs) contrataram em fevereiro.



Além disso, um ponto destacado pela entidade é a dificuldade para se obter crédito que a categoria enfrenta. Apenas metade dos 14% de empresários que solicitaram empréstimo obtiveram acesso à alguma linha de financiamento.

Os juros altos, as garantias exigidas pelas instituições e as condições de algumas modalidades de empréstimo disponíveis estão entre os principais entraves.

"Sem acesso a linhas de crédito, as MPIs não têm capital para investir na própria empresa e manter o funcionamento saudável dos negócios", diz o presidente da entidade, Joseph Couri.

Novo projeto de facilitação de comércio com o Brasil

15/03/2018 – Fonte: MDIC

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Aliança Global para a Facilitação do Comércio (Aliança) anunciaram hoje uma nova parceria destinada a aumentar a competitividade do Brasil no comércio internacional e impulsionar o desenvolvimento econômico.

A Aliança, o governo brasileiro e o setor privado local e internacional trabalham em conjunto para desenvolver e implementar ações específicas de facilitação do comércio. O anúncio ocorreu no Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em São Paulo.

A Aliança é um empreendimento sem fins lucrativos que reúne governos e empresas como parceiros para identificar questões de facilitação do comércio, como atrasos na alfândega e burocracia desnecessária nas fronteiras, e implementar ações direcionadas. Foi criada para auxiliar governos a implementar o Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, em última instância, encorajar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

O Brasil ratificou o AFC em março de 2016 e está desenvolvendo uma ambiciosa agenda de facilitação de comércio para aumentar sua integração às cadeias de globais de valor e impulsionar a competitividade da indústria brasileira.

Este anúncio foi precedido de cinco meses de colaboração entre a Aliança, funcionários do governo brasileiro e o setor privado para identificar os principais gargalos nos procedimentos de importação e exportação do Brasil.

A parceria focará, inicialmente, na construção de um sistema de gerenciamento de riscos que possa racionalizar os procedimentos de licenciamento de importação no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

O Inmetro é o principal órgão nacional de acreditação do Brasil, responsável pela certificação e licenciamento de bens fabricados ou importados para o país. Um dos objetivos da Aliança é compartilhar as melhores práticas de seus projetos e, a longo prazo, trabalhar em conjunto com o MDIC para apresentar a abordagem de facilitação de comércio adotada pelo Brasil, o que pode ajudar outros países em seus esforços semelhantes.

Embora em seus primeiros estágios de desenvolvimento, as partes trabalharão para obter todas as aprovações para começar a implementar o projeto em meados de 2018.

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, destaca que o governo brasileiro tem trabalhado arduamente para fazer do comércio exterior um pilar central para a economia nacional.

"Acreditamos que é essencial a redução da burocracia e dos custos de exportação e importação para que nosso setor produtivo seja mais competitivo. O Programa Portal Único de Comércio Exterior, que está no cerne da estratégia brasileira de facilitação do comércio, reduzirá o tempo médio de exportação e importação em cerca de 40%.

Esta parceria com a Aliança é um reconhecimento do nosso compromisso com as iniciativas de facilitação do comércio e complementa os esforços que já estamos desenvolvendo para melhorar a competitividade da indústria no Brasil ", afirma.

Philippe Isler, diretor da Aliança Global para a Facilitação do Comércio, disse: "Facilitar o comércio através das fronteiras pode ajudar o Brasil a criar empregos e oportunidades de exportação para as empresas locais, particularmente as PMEs que são mais atingidas por uma regulamentação onerosa.

O que é único sobre a abordagem da Aliança para a facilitação do comércio é que trazemos as empresas no processo como parceiros iguais do governo, não são apenas consultados. As empresas internacionais e locais já foram fundamentais para identificar os principais problemas do processo comercial que enfrentam no Brasil e serão fundamentais no desenvolvimento e implementação do projeto ".

Uma vez aprovado, este será o terceiro projeto da Aliança na América Latina. Já estão implementando dois projetos na Colômbia, enquanto que os projetos na Argentina e na República Dominicana estão em desenvolvimento inicial.

Entidade liderada conjuntamente pela Câmara de Comércio Internacional, pelo Fórum Econômico Mundial e pelo Centro de Empresas Privadas Internacionais - em cooperação com o nosso parceiro de implementação, a Sociedade Alemã para Cooperação Internacional (GIZ). A Aliança é apoiada pelos governos dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália e Alemanha.

Sobre o Acordo de Facilitação de Comércio (AFC)

O Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) é um acordo comercial multilateral vinculativo entre membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). O AFC foi concluído em dezembro de 2013 e entrou oficialmente em vigor em fevereiro de 2017. Ao se inscrever, os países se comprometeram a combater os obstáculos ao comércio que representam os exigentes requisitos de fronteira.

Essas barreiras tornam mais difícil para empresas de todos os tamanhos realizarem trocas internacionais, mas prejudicam as pequenas e médias empresas. O AFC é uma oportunidade única para o desenvolvimento de metas de desenvolvimento, como o crescimento sustentável, a redução da pobreza e a igualdade de gênero.

Em conjunto, as reformas têm o potencial de reduzir os custos comerciais em 14,3% em média e criar cerca de 20 milhões de empregos, principalmente em países em desenvolvimento.

Novo Código Comercial pode melhorar ambiente de negócios, diz Ives Gandra Martins

15/03/2018 – Fonte: Senado Notícias

O presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, Ives Gandra Martins (E), e o senador Pedro Chaves, relator da proposta de reforma do Código Comercial (PLS 487/2013)



- [PLS 487/2013](#)

A reforma do Código Comercial brasileiro poderá colocar o Brasil no mesmo nível dos Estados Unidos, da União Europeia e de alguns países emergentes, em termos de relações comerciais. É o que afirma o jurista e presidente do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), Ives Gandra Martins, favorável à revisão da norma.

— Um conjunto de regras mais claras melhoraria também o ambiente de negócios no País, assegurando maior previsibilidade às relações comerciais e reduzindo a intervenção do Estado, disse o jurista, ao participar da quarta audiência pública da comissão temporária do Senado que está discutindo a reforma do código, prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) [487/2013](#).

O senador Pedro Chaves (PRB-MS), relator da proposta, presidiu a reunião, realizada nessa quarta-feira (14), na sede da Fecomercio-SP. Também estiveram presentes a vice-presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, Ivette Senise Ferreira; o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Manoel Calças; o jurista e professor Fábio Ulhoa; o presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de São Paulo (Sescon/SP), Márcio Shimomoto; e o ex-presidente da Associação de Advogados de São Paulo, Marcelo Von Adamek.

Para o senador, a consolidação do novo código irá trazer menos burocracia aos empresários, maior segurança jurídica e maior competitividade de mercado. Ele observa que a mudança para essa legislação está pautada por eixos, que são discutidos no Congresso Nacional e nas audiências públicas. Pontos importantes na reforma do código são a modernização tecnológica, o fortalecimento de autorregulação e a desburocratização da vida empresarial.

— O novo código vai ajudar na celeridade dos procedimentos, de abertura ou fechamento das empresas, agilizar a vida do setor produtivo, facilitando a geração de empregos e renda no país. Além de resolver o atraso, que ultrapassa um século nessa legislação, o Novo Código Comercial também chegará na hora em que o Brasil está retomando o crescimento — afirma Pedro Chaves.

A Comissão temporária para a Reforma do Código Comercial é presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), que iniciou os trabalhos em dezembro de 2017. De acordo com o plano de trabalho apresentado por Pedro Chaves, estão previstas 14 audiências públicas, sendo 11 reuniões no Senado e três externas, em diferentes regiões do Brasil (São Paulo, Pernambuco e Campo Grande) para debater o tema com especialistas, empresários e a população brasileira e aperfeiçoar o relatório final sobre o projeto.

— O último Código Comercial é de 1850 e há muito tempo não atende às necessidades das inúmeras problemáticas existentes nas relações entre empresas, sócios, instituições financeiras, entre outras. O Código Civil tratou as empresas da mesma forma como trata o consumidor, sendo que as relações são completamente diferentes — ressalta Pedro Chaves.

A previsão do senador é entregar o relatório final em junho deste ano.

Plano de sindicalistas para manter imposto fracassa

15/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Empresários dizem que não vão descontar tributo que era cobrado em março



Protesto das centrais sindicais contra a reforma trabalhista em São Paulo - Joel Silva-10.nov.2017

O plano dos sindicalistas de obrigar empresas a recolher o imposto para as entidades, vetado na [reforma trabalhista](#), fracassa.

Com o fim da obrigatoriedade dessa contribuição, sindicatos passaram a realizar assembleias nas quais alguns integrantes participam e aprovam a cobrança do imposto. Na sequência, a entidade procura empresas do setor e alega que o resultado representa a vontade da categoria.

Entidades patronais dos principais setores da economia discordam. E têm avisado que o tributo só será descontado com autorização individual dos funcionários, como define a nova lei.

Representantes de bancos, indústrias, comércio e serviços, com mais de 14 milhões de empregados, afirmam que vão respeitar a nova lei, em vigor desde novembro.

O que está em jogo é uma arrecadação de até R\$ 2,2 bilhões, segundo últimos dados disponíveis do Ministério do Trabalho, de 2016. O montante financiava mais de 16,6 mil sindicatos. A contribuição, referente a um dia de trabalho, era descontada em março.

Itaú, Santander, Bradesco, Caixa e Banco do Brasil vão seguir o entendimento da Febraban (Federação Brasileira de Bancos). "A CLT não permite que a empresa efetue descontos do salário do empregado sem que haja autorização individual, ou por força de lei", informou a entidade, em nota. A contribuição será recolhida individualmente. As instituições financeiras reúnem 467,9 mil bancários no Brasil -dos quais 142 mil são representados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Em seu site, a entidade, com 48 mil filiados (dados de 2016), diz que democraticamente a categoria optou, em fevereiro, pelo desconto. Porém, não informou o número de presentes à assembleia nem por que o vídeo do ato tem imagens do público distorcidas. "O sindicato defende que os trabalhadores decidam, em assembleia, como devem financiar suas entidades de classe", disse, em nota.

Com 10 milhões de empregados no estado de São Paulo, a FecomercioSP coloca em xeque essas deliberações. "Uma assembleia, com todo o respeito, acaba sendo questionada", disse o vice-presidente Ivo Dall'Acqua Junior. "Enquanto não houver pronunciamento do Supremo, está valendo a lei."

O tribunal analisa ações pela volta da obrigatoriedade do tributo, mas ainda não há data para julgamento.

Com 500 mil trabalhadores na base e 55 mil filiados, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo aprovou em janeiro o recolhimento da contribuição sindical.

"Se não respeitarem [a decisão da assembleia], vamos às portas das empresas para sensibilizá-las de que o caminho não é a destruição dos sindicatos. Vamos fazer com que haja conscientização dos empresários", disse Ricardo Patah, presidente do sindicato e da UGT (União Geral dos Trabalhadores).

O Sintracon-SP (sindicato dos trabalhadores da construção) realizou 500 assembleias em canteiros de obra. "Aprovamos descontar de todo mundo, mas o trabalhador tem 10 dias para se opor ao desconto", disse o presidente Antônio de Sousa Ramalho.

A Camargo Corrêa Infra se nega a acatar esse entendimento. "Seguimos a lei nova, só vamos proceder o desconto se o trabalhador firmar uma comunicação", afirmou Fabio Selhorst, diretor jurídico e de compliance da empresa.

CLAREZA

"O legislador deixou uma mensagem clara em quatro artigos. A lei está válida", diz Rosilene Carvalho, coordenadora jurídica do SindusconSP (sindicato das construtoras). Na área da saúde, o Seesp (sindicato dos enfermeiros) também quer receber o imposto. Yussif Ali Mere Júnior, presidente do Sindhosp e Fehoesp (sindicato e federação do setor) já negou o pedido. "Não vamos descontar, independentemente da assembleia dos sindicatos."

Entidades ameaçam ir à Justiça contra decisões do setor patronal

Sindicatos têm recorrido à Justiça para garantir o desconto da contribuição sindical. O da alimentação de São Paulo entrou com ação para recolher de empregados de 50 empresas --são 800 na base.

Na terça-feira (6), o juiz Daniel Rocha Mendes, da 75ª Vara do Trabalho de São Paulo, concedeu liminar (decisão provisória) mantendo o imposto em uma delas.

O Ministério do Trabalho reconheceu que há entendimentos distintos sobre como deve se dar a anuência sobre o imposto. "Esse nível de questionamento será definido no âmbito do Poder Judiciário", afirmou, em nota.

O Sindpdp (sindicato dos trabalhadores de TI) está notificando as empresas e afirmou que seguiu recomendação da Anamatra (associação dos juizes do trabalho).

Segundo João Carlos Gonçalves, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a categoria aprovou em assembleia a contribuição sindical como medida alternativa.

MP da reforma trabalhista pode caducar, diz Maia

15/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Presidente da Câmara afirmou que o tempo de tramitação é curto para conseguir avançar na matéria



O presidente da Câmara, deputado federal Rodrigo Maia (DEM) - Adriano Machado-8.mar.2018 / Reuters

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou nesta quarta-feira (14) que a medida provisória que altera pontos da reforma trabalhista deve caducar no Congresso Nacional.

Maia afirmou que o tempo de tramitação é curto para conseguir avançar na matéria. "Acho que se tivesse sido como projeto de lei tinha tramitado, provisória é sempre mais confuso, mistura as duas casas", disse ao chegar à Casa.

O presidente da Câmara já havia se mostrado descontente com a decisão do presidente Michel Temer de alterar pontos da reforma por meio de uma MP.

Em novembro, afirmou que colocaria o texto em votação, mas que não achava justo que as mudanças fossem feitas usando o mecanismo e não um projeto de lei. "Óbvio que vou pautar o acordo que o presidente fez com o Senado, mas não acho justo; encaminhar por MP enfraquece a lei que foi sancionada."

A MP, que foi editada em novembro e prorrogada por 60 dias em fevereiro, perde a validade no dia 23 de abril.

O texto deve passar primeiro por comissão especial para depois ser votada nos plenários da Câmara e do Senado. Ainda não foi designado relator para a matéria na comissão, cuja reunião marcada para esta quarta foi cancelada.

O senador Gladson Camelli (PP-AC), que havia sido escolhido para presidir o colegiado, entregou nesta quarta uma carta desistindo do cargo. O senador não apresentou justificativas.

Em julho, para que senadores da base aliada apoiassem a proposta de reforma como foi aprovada na Câmara, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), prometeu que o Palácio do Planalto enviaria uma MP para corrigir pontos que causaram discórdia. O texto seria editado antes de as novas regras entrarem em vigor.

Nesta terça-feira (13), Jucá afirmou que o compromisso firmado se "esgota na hora que a Medida Provisória é editada", e sinalizou que o governo não se esforçará para que ela seja aprovada.

"Nós defendemos que a Medida Provisória possa ser discutida e votada. Fizemos um compromisso. O Compromisso do governo se esgota na hora que ela é editada. Se a MP for aprovada, ou não for aprovada não é mais responsabilidade do governo", declarou.

MUDANÇAS

A MP trata de pontos como trabalho insalubre de gestantes, trabalho intermitente e contribuição previdenciária.

O texto assinado por Temer determina que gestantes devem ser afastadas de atividades insalubres durante a gestação, mas permite que atuem em locais com insalubridade em grau médio ou mínimo quando "voluntariamente" apresentarem atestado com a autorização.

No caso de intermitentes, a MP prevê, até 2020, uma quarentena de 18 meses para a migração de um contrato por prazo indeterminado para um intermitente.

Já na contribuição previdenciária, estabelece que o empregador deve fazer o recolhimento das contribuições previdenciárias, inclusive do trabalhador, e o depósito do FGTS com base no valor pago no mês ao trabalhador intermitente.

Quem receber menos de um salário mínimo deve complementar o recolhimento do INSS para ter direito a benefícios da Previdência Social.

Danos morais também entraram na MP, com um novo parâmetro de pagamento de indenização, para 50 vezes o teto do INSS (R\$5.531,31). Antes, o salário do empregado era considerado como parâmetro.

Maia sugere que 'tempo curto' pode enterrar MP de ajustes na reforma trabalhista

15/03/2018 – Fonte: EM.com

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou nesta quarta-feira, 14, que a Medida Provisória 808 - que faz ajustes na reforma trabalhista - pode caducar em breve, se não houver um esforço do governo para que ela seja aprovada pelo Congresso.

Maia disse que a tramitação da MP está "um pouco enrolada" e sugeriu que a proposta estaria tramitando com mais facilidade se o tema tivesse sido apresentado via projeto de lei. "Está me parecendo um tempo muito curto para conseguir avançar na matéria por medida provisória", comentou.

Hoje, a sessão da comissão mista que analisa a MP foi cancelada. Não foi informado o motivo do cancelamento da sessão, tampouco agendada nova data para apreciação de requerimentos dos deputados e senadores.

Sobre as dificuldades do governo para instalar a comissão especial na Câmara que analisa o projeto de privatização da Eletrobras, Maia admitiu que o processo de instalação do colegiado foi mais lento que o normal, mas atribuiu a responsabilidade de início dos trabalhos para a base aliada.

A comissão foi instalada na terça-feira, 13, após uma tentativa fracassada na semana passada.

"Tem de perguntar para o governo o que está acontecendo com a base do governo", disse.

Eletrobras vai lançar PDV na próxima semana, afirma presidente

15/03/2018 – Fonte: EM.com

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, informou que a estatal vai lançar na semana que vem mais um Plano de Demissão Voluntária (PDV) para eliminar 3 mil vagas, o que permitiria uma economia da ordem de R\$ 1 bilhão.

Após participar do Fórum Econômico Mundial sobre América Latina na capital paulista, o executivo disse que em dois PDVs anteriores a Eletrobras já tinha eliminado 2,1 mil postos de trabalho, reduzindo em 40% seus cargos gerenciais e obtendo uma redução de custos com pessoal também próxima de R\$ 1 bilhão.

"A empresa que vai ao processo de privatização será uma empresa bastante diferente daquela que eu peguei um ano e meio atrás", disse o presidente da estatal, em resposta ao argumento de que a privatização da Eletrobras provocaria demissões em massa na companhia.

O executivo salientou que a empresa já terá uma organização bastante "enxuta" antes de ser colocada à venda. Ele citou que, quando assumiu o comando, a Eletrobras tinha custos 55% superiores aos custos regulatórios. Depois de um processo de ajuste, os custos reais vão se aproximar dos custos regulatórios, afirmou.

O executivo comentou ainda que a dívida da empresa, que chegou a superar nove vezes a geração de caixa, vai cair para um múltiplo inferior a três vezes no segundo semestre, dada a venda de distribuidoras, em conjunto com a venda de 70 sociedades de propósito específico.

Segundo Ferreira Júnior, a oposição ao processo de transferência da Eletrobras à iniciativa privada está ligada a algum tipo de "influência não republicana" ou a "privilégios não sustentáveis". Os dois principais oponentes à privatização são, conforme o executivo, alguns políticos e sindicatos.

Brasil pode crescer acima de potencial por 3 ou 4 anos, diz Meirelles

15/03/2018 – Fonte: EM.com

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta quarta-feira, 14, que o Brasil pode crescer acima do seu potencial por um período de três a quatro anos e que, se as reformas estruturais forem aprovadas, esse crescimento acima do potencial continuaria por mais tempo.

"Assim o Brasil cresceria a taxas maiores com melhores bases estruturais", disse Meirelles, durante debate sobre o cenário econômico global na edição latino-americana do Fórum Econômico Mundial, que este ano ocorre em São Paulo.

Meirelles também declarou que o principal risco para a economia mundial nos próximos anos está na estratégia dos bancos centrais dos países desenvolvidos.

Para ele, a política monetária desses países deve levar mais alguns anos para voltar ao normal. O ministro disse também que é preciso ficar atento a sinais de formações de bolhas financeiras.

Meirelles diz que redução de tributos depende do corte de despesas

15/03/2018 – Fonte: Agência Brasil

A redução da carga tributária no Brasil depende do corte de despesas, disse hoje (14) o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ele visitou a sede do *Twitter* no Brasil, em São Paulo, onde gravou vídeos em respostas a perguntas de internautas.

“A maneira de diminuir a carga tributária no Brasil é cortar despesas. Estamos conseguindo isso com a imposição de um teto de aumento dos gastos públicos”, disse em um dos vídeos publicados em sua conta no *Twitter*. Acrescentou que a reforma da Previdência também é fundamental para “eliminação de privilégios” e para cortar gastos.

Para Meirelles, a redução da carga tributária, sem a redução de despesas, levaria a um aumento da dívida pública, com a consequência de causar alta nos juros e na inflação.

O ministro da Fazenda afirmou, também, que a reforma tributária será iniciada com as mudanças no Programa de Integração Social e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), em elaboração pelo governo. Em seguida, disse, serão analisados impostos estaduais e federais.

Brasil precisa de equilíbrio na economia

Henrique Meirelles disse ainda que para o Brasil crescer, com a retirada de milhões de pessoas da pobreza, é preciso equilíbrio da economia e controle de despesas públicas e da inflação, além de abrir a economia para o exterior.

Ele citou que está “acelerando” o tratado de livre comércio com a União Europeia. “Isso vai facilitar as exportações brasileiras e a importação de produtos para serem usados pela indústria brasileira”, disse.

O ministro da Fazenda também citou que iniciou as conversações com o Reino Unido para fazer um tratado de comércio após a saída da União Europeia e a aproximação com os países integrantes da Parceria Transpacífico, assinada por nações banhadas pelo Oceano Pacífico.

Sobre os juros no Brasil, ele lembrou que os juros estão no menor patamar da história, ao se referir à taxa básica Selic, em 6,75% ao ano. “Isso começa a aparecer nos juros do crédito que vão continuar caindo daqui para frente”, disse.

Henrique Meirelles também respondeu perguntas relacionadas à possibilidade de ser candidato à Presidência da República. Segundo ele, a decisão sobre a candidatura será tomada até início de abril.

Ele respondeu até mesmo uma pergunta sobre o nome de sua cadela, que aparece em uma foto na sua conta no Instagram.

“Eu tenho cinco cachorros e gosto de todos. A mãe e quatro filhotes. A que apareceu no *Instagram* foi a filha mais velha – a Trica. É uma farra. Eu acho que cachorro é um movimento, uma presença afetiva que faz muito bem a todos. Eu aconselho”, finalizou.

Bracher diz que estabilidade macroeconômica é crucial para atrair estrangeiros

15/03/2018 – Fonte: EM.com

O presidente-executivo do Itaú Unibanco, Candido Bracher, ressaltou em debate nesta quarta-feira, 14, no Fórum Econômico Mundial que a estabilidade macroeconômica é crucial para atrair investidores estrangeiros ao Brasil.

A reforma da Previdência, disse Bracher, é necessária para o País resolver a fragilidade fiscal, com a dívida pública em forte crescimento nos últimos anos e com tendência de subir mais. Sem resolver a questão fiscal, o País terá dificuldade para manter a estabilidade macroeconômica, conquistada em 2017 com o avanço de reformas, como a trabalhista e o teto para os gastos públicos.

O presidente do Itaú destacou que o Brasil é um dos principais destinos para recursos

estrangeiros no mundo e disse que mesmo durante a recessão o País seguiu atraindo recursos externos.

Para ele, os investidores internacionais têm a expectativa de que o Brasil vai conseguir resolver seus problemas estruturais. Mas se o governo não entregar mudanças concretas, eles podem se cansar dessa expectativa.

Ao falar do crédito bancário, Bracher afirmou que os empréstimos para empresas estão crescendo menos porque o mercado de capitais consegue suprir parte da necessidade das companhias.

Para ele, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) deve se focar em projetos que tenham menos retorno para o setor privado e ao mesmo tempo maior impacto social.

Alckmin: Previdência é reforma que precisa ser feita no primeiro ano de governo

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse durante debate na tarde desta quarta-feira, 14, no Fórum Econômico Mundial, que é muito difícil um governo conseguir avançar com a reforma da Previdência em seu último ano de mandato.

Esta é uma reforma para ser feita no primeiro ano de governo, disse ele ao falar da necessidade de o Brasil avançar na agenda de medidas para crescer de forma sustentada e melhorar as contas fiscais.

“Há uma lista de reformas que precisam ser feitas”, disse Alckmin, pré-candidato à Presidência da República, no debate. O governador mencionou que defende a reforma política, a tributária, além das mudanças na Previdência. “O Brasil precisa se tornar mais competitivo.”

Ao falar da necessidade de reforma política, Alckmin ressaltou que o Brasil tem inúmeros partidos, mas ao mesmo tempo mais de 20 milhões de pessoas não foram votar nas últimas eleições, apesar de o voto ser obrigatório no Brasil. Ainda no debate, ao falar da necessidade de reforma política, ele mencionou a frase do ex-governador Mario Covas, de que o povo erra, mas menos que as elites.

No lado fiscal, Alckmin defendeu que é preciso reduzir o déficit primário e transformá-lo em um superávit. O Brasil tem indicadores fiscais muito ruins e é necessário melhorar as contas públicas.

Para isso, a reforma da Previdência é essencial, mas Alckmin ressaltou que o texto requer maioria absoluta dos votos na Câmara, por ser uma mudança constitucional, e é difícil avançar com um texto assim no ano final de um governo. “Esse tipo de reforma deve ser feito no primeiro ano de governo.”

Reforma tributária não foi feita por falta de vontade política, diz Meirelles

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta quarta-feira, 14, em conversa com internautas no Twitter, que uma reforma tributária não foi feita no Brasil até o momento por falta de vontade política.

Ele disse, porém, que o atual governo decidiu enfrentar o tema, embora a proposta ainda não tenha avançado no Congresso Nacional.

“Até hoje, faltou vontade política para enfrentar o problema. Porque isso envolve, em primeiro lugar, uma mudança na tributação federal.

E agora estamos tendo essa vontade política”, disse, ressaltando que o governo propôs inicialmente uma reforma do PIS/Cofins e, em seguida, mudança em impostos estaduais e federais”, declarou o ministro, que entre os compromissos previstos de agenda nesta quarta-feira em São Paulo, tem a visita à sede do Twitter e encontro com o alto escalão da empresa.

Temer diz que percebeu que seria difícil votar neste momento a reforma

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da República, Michel Temer, disse nesta quarta-feira, 14, que seu governo foi até onde pôde com a reforma da Previdência e decidiu tirar a matéria da pauta da Câmara ao perceber “nitidamente” que não havia condição de votar a proposta de mudança nas regras das aposentadorias em ano eleitoral.

“Fizemos muitas reformas e a sequência seria a Previdência. Fomos até onde pudemos. Fizemos um trabalho de mais de um ano buscando a reformulação do sistema previdenciário”, comentou o presidente ao participar da edição latino-americana do Fórum Econômico Mundial, que acontece nesta quarta na zona sul da capital paulista.

Segundo Temer, reformas que eliminam privilégios teriam naturalmente objeção num ano eleitoral, de modo que ele percebeu “nitidamente” que seria difícil votar a reforma da Previdência nesse momento.

Após dizer que “administrar também é examinar valores administrativos”, o presidente afirmou que o tema da segurança pública, principalmente no Rio de Janeiro, foi um dos valores que entraram em pauta. Ele mencionou isso ao justificar a intervenção federal na segurança pública fluminense, o que impede, enquanto estiver em vigor, a tramitação de emendas constitucionais no Congresso.

“Se resolvermos o problema lá no Rio, isso serve de exemplo a outros estados. Se desandar lá, também serve de mau exemplo a outros estados”, comentou Temer. O presidente da República repetiu que a reforma das aposentadorias poderá ser retomada e votada no fim do ano se o governo conseguir colocar a segurança pública do Rio “nos eixos” até setembro ou outubro, permitindo, com isso, suspender a intervenção federal. Caso contrário, realçou, caberá ao próximo presidente realizar a reforma.

A respeito do mesmo tema, Temer reafirmou que a reforma da Previdência saiu “temporariamente” da pauta legislativa, mas não da pauta política, já que, conforme considerou o presidente, todos os candidatos a sua sucessão terão que colocar a posição em relação ao sistema previdenciário durante a campanha.

Depois de considerar que o otimismo dos investidores em relação ao Brasil foi reconquistado, Temer afirmou que o empresariado não investe para o dia de hoje, mas, sim, verificam a potencialidade do país e fazem o investimento de olho no retorno a longo prazo. “As pessoas esperam que o Brasil se organize para dar segurança aos investidores”, assinalou o presidente.

Aço

Ele também falou durante o evento sobre a decisão do governo norte-americano de sobretaxar as importações de aço e alumínio e disse que o governo brasileiro tem trabalhado com empresas norte-americanas que importam placas de aço do Brasil para que elas “trabalhem” com o Congresso dos Estados Unidos no sentido de reverter a barreira.

Temer citou que, sem o fornecimento de aço semi-acabado produzido no Brasil – que é transformado em lâminas e chapas nos Estados Unidos -, uma das siderúrgicas norte-americanas terá que demitir milhares de empregados.

Ao tratar do mesmo tema, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, disse que o Brasil aposta primeiro no diálogo com os Estados Unidos, chamado por ele de “país amigo”.

A intenção, afirmou o chanceler, é mostrar o impacto negativo que a barreira pode ter para os norte-americanos, dado que as usinas siderúrgicas de lá dependem dos insumos fornecidos pelo Brasil. “Trabalhadores americanos sentirão impacto se essa medida não for bem calibrada”, declarou Aloysio.

Por outro lado, as siderúrgicas do Brasil, conforme lembrou o ministro, importam cerca de US\$ 1 bilhão em carvão siderúrgico dos Estados Unidos. “Essas coisas têm que ser levadas em consideração nesse diálogo”, assinalou o chanceler.

Sem reformas, retomada pode ser 'voo de galinha', diz Luiz Carlos Trabuco

15/03/2018 – Fonte: Bem Paraná

Ainda é cedo para comemorar a recente recuperação econômica brasileira e, sem reformas para conter o buraco nas contas públicas, a retomada será apenas um voo de galinha. Essa foi uma das conclusões de uma discussão sobre os cenários para o Brasil durante o Fórum Econômico Mundial para América Latina, em São Paulo.

Segundo Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, os números positivos dos últimos meses são parte de um processo de recuperação cíclica que é normal após recessões profundas, como a vivida pelo Brasil entre 2014 e 2016.

"As bases [de comparação] são tão baixas que a recuperação é uma mudança de ciclo. Mas tem o risco de ela só tenha a duração do ciclo, o que uns podem chamar de voo de galinha. Por isso nem podemos comemorar muito", disse Trabuco, um dos participantes da mesa.

Segundo o executivo, sem reformas, as medidas para conter o déficit fiscal -como a adoção de um teto para limitar o crescimento das despesas do governo- se tornarão insustentáveis. E isso, ressalta Trabuco, poderá levar a um questionamento sobre a capacidade de solvência do país.

"Teto do gasto público é algo muito importante, mas é uma carta de intenção. É um desejo", afirmou. O governador Geraldo Alckmin, pré-candidato do PSDB para a eleição presidencial de outubro, ressaltou que, se for eleito, a reforma da Previdência seria uma prioridade: "essas reformas precisam ser feitas no início, no primeiro ano de governo".

Segundo ele e outros integrantes do painel, como o jornalista Paulo Sotero, diretor do Woodrow Wilson Center, além de importante para ajudar a conter o déficit público, a revisão das aposentadorias de funcionários do setor público é uma questão de justiça social.

"Acho que a reforma da Previdência precisa ser vista com essa ótica, porque não é justo que a elite do setor público receba uma aposentadoria 10, 15 vezes maior que a dos funcionários do setor privado", afirmou Sotero.

Reoneração da folha vai render quase R\$ 6 bilhões a menos para o governo

15/03/2018 – Fonte: EM.com

As mudanças feitas pelo Congresso no projeto que acaba com a desoneração da folha de pagamento podem derrubar a economia esperada pelo governo em quase R\$ 6 bilhões por ano.

A equipe econômica esperava arrecadar, anualmente, R\$ 8,8 bilhões com a redução da política criada na gestão de Dilma Rousseff, mas o valor caiu para R\$ 3 bilhões depois das alterações feitas pelo relator Orlando Silva (PCdoB-SP), que manteve o benefício para 15 setores. O Ministério da Fazenda ainda tenta reverter as alterações no texto.

A política de desoneração da folha começou em 2011 com o objetivo de estimular a geração de empregos e melhorar a competitividade das empresas. O benefício se dá por meio da substituição da cobrança de uma contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento das empresas, por um porcentual sobre o faturamento. A alíquota varia de 1% e 4,5%, dependendo do setor.

O governo pretendia reverter a desoneração da folha para 50 setores, mas o relator reduziu esse número para cerca de 35. Silva ainda não revelou a lista de segmentos poupados, mas segundo ele, são setores de uso intensivo de mão de obra, que investem em inovação tecnológica, além da indústria exportadora e das atividades que enfrentam forte concorrência de produtos importados.

O projeto de reoneração - que faz parte da chamada agenda "prioritária" do governo - está em uma comissão especial da Câmara, mas se tramitar em regime de urgência pode ir direto a votação no plenário da Casa. Havia uma expectativa de que isso ocorresse ontem, mas não houve acordo. Caso o texto seja aprovado na forma como está também pelo Senado até o fim de abril, o efeito líquido neste ano ficará em torno de R\$ 1,25 bilhão, já que a reoneração entraria em vigor em agosto.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que já havia dito que a reoneração só faria sentido se houvesse um impacto relevante nas contas públicas, disse ontem ao Estadão/Broadcast que o tema continua em discussão. "O governo negocia com o Congresso mudanças no relatório."

O presidente da comissão especial, Renato Molling (PP-RS), diz que os setores que continuarão sendo beneficiados "aguentaram firmes a recessão e agora têm um enorme potencial para crescer". Como a arrecadação de impostos tem reagido à recuperação econômica, o enxugamento do projeto não deve comprometer a meta fiscal deste ano, mas preocupa para os anos seguintes, na avaliação de especialistas em finanças públicas. Além disso, se o texto for aprovado nessas condições, seria mais uma mostra da falta de força do governo para votar temas econômicos no Congresso.

"O Congresso deseja manter um benefício sem apresentar um embasamento sobre a efetividade da medida", diz o economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Luis Oreiro. Para o economista da Tendências Consultoria, Fábio Klein, o próximo governo fatalmente terá de retornar ao tema da retirada de desonerações "que produzem mais custos fiscais que benefícios econômicos"

Medida popular é aquela que gera crescimento e emprego, diz Meirelles

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda e presidenciável, Henrique Meirelles, afirmou nesta quarta-feira, 14, que medida que funciona na economia é a que gera crescimento e emprego. Em uma conversa com internautas pelo Twitter, o ministro foi questionado sobre como

ganhar votos com propostas corretas, mas possivelmente impopulares, sem mentir ou prometer absurdos em campanhas.

Em resposta, o ministro disse que, em primeiro lugar, era preciso definir o que é medida popular e o que é medida populista. "Medida popular é aquela que funciona na economia, gera crescimento e emprego. Medidas populistas são aquelas que visam ganhar simpatia num primeiro momento e que tendem a falhar e fracassar em seguida.

Portanto, é importante tomar medidas que não sejam populistas, oportunistas, mas que gerem crescimento da economia, inflação baixa e emprego e produção em alta.

Isto sim merece e é levado em conta pela população. De fato é o que interessa a cada um: emprego e inflação baixa", afirmou ele, que entre os compromissos previstos de agenda nesta quarta-feira em São Paulo, tem a visita a sede do Twitter e encontro com a diretora-geral da empresa no Brasil, Fiamma Zarife.

Câmbio

O ministro foi também questionado pelos movimentos de intervenção no câmbio, feitos durante o governo Dilma Rousseff e sobre qual seria a sua política cambial. Meirelles respondeu que o Banco Central pode agir no mercado de câmbio com duas finalidades apenas: ou intervir em processo de falta de liquidez ou para acumular reserva.

Ele disse ainda que a intervenção no mercado de câmbio visando o controle da cotação da moeda tem se mostrado "ineficiente", não só no Brasil como em outros países.

Carga tributária

Meirelles foi questionado ainda sobre a carga tributária do País, se ele não a consideraria demasiadamente alta. O ministro afirmou que a maneira de diminuir a carga tributária no Brasil é cortar despesas.

"Estamos conseguindo isso com imposição de um teto para aumento dos gastos públicos, que é menor do que o crescimento esperado para o produto brasileiro nos próximos anos. Além disso, existem uma série de reformas como por exemplo a da previdência, que elimina os privilégios e faz com que todos estejam dentro mesmo sistema de aposentadoria. Portanto, é fundamental sim a eliminação de privilégios e cortar despesas ao mesmo tempo para diminuir a carga tributária brasileira", disse.

Eletrobras

O ministro da Fazenda e presidiável afirmou que a privatização da Eletrobras foi proposta para repetir no País o que foi feito com a Telebrás. Lembrou que, antes da privatização do sistema Telebrás, não havia disponibilidade de linhas telefônicas, o que encarecia muito o serviço.

"Uma linha telefônica no Brasil chegou a custar milhares de dólares", disse o ministro, destacando que hoje não é cobrado nenhum valor pela linha telefônica, mas só pelo uso.

"Isso está sendo proposto com a Eletrobras e, portanto, teremos energia mais barata, maior capitalização do sistema e maior disponibilidade para todos", afirmou o ministro, em resposta a uma pergunta sobre se haveria mais privatizações antes do próximo mandato presidencial.

Saída de dólares supera entrada em US\$ 3,728 bi em março até dia 9, diz BC

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Brasil registrou saída de US\$ 3,728 bilhões nas duas primeiras semanas de março, informou nesta quarta-feira, 14, o Banco Central. O movimento de saída dos recursos mantém a tendência observada em fevereiro, quando o Brasil registrou saída de US\$

1,454 bilhão. Em igual período de março no ano passado, o fluxo havia sido positivo em US\$ 2,943 bilhões.

Segundo o BC, a saída de dólares neste mês é liderada pelo canal financeiro, que terminou o mês com saídas líquidas de US\$ 5,759 bilhões. O valor é resultado do total de envios para o exterior que alcançou US\$ 17,159 bilhões, maior que a entrada de US\$ 11,400 bilhões no mesmo período. O segmento financeiro reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

O comércio exterior continuou com firme resultado positivo e saldo de US\$ 2,031 bilhões, já que as exportações somaram US\$ 5,641 bilhões e superaram com folga as importações de US\$ 3,610 bilhões no período. Nas exportações, estão incluídos US\$ 1,359 bilhão que ingressaram no Brasil através de contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 1,401 bilhão via Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 2,881 bilhões em outras entradas.

Na semana passada – entre os dias 5 e 9 de março, o fluxo cambial registrou saída líquida de US\$ 3,163 bilhões. O movimento foi liderado pelo segmento financeiro que registrou saldo negativo de US\$ 4,343 bilhões, já o segmento comercial segue com números no azul e saldo de US\$ 1,180 bilhão.

Acumulado do ano

No acumulado do ano de 2018 até o dia 9 de março, o fluxo cambial total segue positivo para o Brasil, com entrada de US\$ 2,881 bilhões. O ingresso de recursos ocorreu exclusivamente na conta comercial, que atraiu US\$ 7,929 bilhões. Já o segmento financeiro acumulou saída de US\$ 5,048 bilhões no ano.

IGP-10 de março acelera para 0,45% ante alta de 0,23% em fevereiro, revela FGV

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10) avançou 0,45% em março, após o aumento de 0,23% registrado em fevereiro, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta quinta-feira, 15. O resultado agora anunciado ficou dentro das projeções dos analistas do mercado financeiro ouvidos pelo **Projeções Broadcast**, que esperavam um avanço de 0,15% a 0,70%, com mediana positiva de 0,44%.

No caso dos três indicadores que compõem o IGP-10 de março, os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 0,63% no mês, ante uma elevação de 0,09% em fevereiro.

Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram crescimento de 0,10% em março, após a alta de 0,57% em fevereiro. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, teve aumento de 0,12% em março, depois de um avanço de 0,32% em fevereiro.

O IGP-10 acumulou um aumento de 1,48% no ano. A taxa em 12 meses ficou negativa em 0,02%, segundo a FGV.

O período de coleta de preços para o indicador de março foi do dia 11 de fevereiro a 10 deste mês. O IGP-DI, que apurou preços do dia 1º a 28 do mês passado, subiu 0,15%.

IPAs

Os preços agropecuários medidos pelo IPA Agrícola subiram 2,03% no atacado em março, após um recuo de 1,00% em fevereiro, dentro do Índice IGP-10, informou a Fundação Getulio Vargas.

Já os preços dos produtos industriais – que são mensurados pelo IPA Industrial – tiveram alta de 0,18% este mês, após o avanço de 0,45% no atacado em fevereiro.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram alta de 0,09% em março, ante uma redução de 0,46% em fevereiro.

Os preços dos bens intermediários tiveram avanço de 0,49% em março, após alta de 1,06% no mês anterior. Já os preços das matérias-primas brutas apresentaram elevação de 1,49%, depois da redução de 0,40% em fevereiro.

Empreendedores sociais debatem financiamento

15/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Aposta é em parcerias público-privadas e modelos híbridos, em que o lucro dá suporte à filantropia

Em busca de sustentabilidade financeira, empreendedores sociais têm apostado em parcerias público-privadas e modelos híbridos, nos quais um negócio com finalidade lucrativa dá suporte à filantropia.

Essas estratégias, contudo, ainda geram dúvidas jurídicas e desconfiança quanto à transparência. Os temas foram discutidos durante workshop no evento "Inovação Social: Desafios e Novos modelos", realizado pela **Folha** e Fundação Schwab, na segunda-feira (12).

"Um contador já me perguntou se eu estava querendo lavar dinheiro. Acho que falta informação. Os dois negócios atuam de maneira separada, mas complementar", disse Ralf Toenjes, fundador da Renovatio, que leva óculos de baixo custo e atendimento oftalmológico a partes pobres do país.

Essa também foi a solução encontrada pelo brasileiro Cláudio Sasaki ao criar a Geekie, que usa tecnologia para fornecer educação customizada. "Nós personalizamos o aprendizado de 10 milhões alunos. Se não conseguíssemos nos sustentar através do nosso negócio, teríamos limitações para crescer."

Foi anunciado ainda no encontro o projeto "O Brasil dos Empreendedores Sociais", capitaneado pela **Folha** para marcar os 15 anos do Prêmio Empreendedor Social, que serão comemorados em 2019.

"A ideia é fazer um projeto multimídia que vai envolver longa-metragem, livro, exposição de fotos, além de uma série de atividades como o encontro de hoje para discutir o empreendedorismo social no país", afirmou Maria Cristina Frias, editora da coluna Mercado Aberto da **Folha**.

Artigo: Presente ruim, futuro pior para o Brasil

15/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

País está mal em outro ranking global, mas pode ficar ainda mais para trás, fora da nova economia

O Fórum Econômico Mundial divulgou nesta quarta (14) o seu Relatório sobre Crescimento e Desenvolvimento Inclusivo, referente a 2017.

Preciso dizer que, como sempre acontece quando sai um ranking internacional, o Brasil passa vergonha? É apenas o 37º colocado entre os 74 países listados.



Perde para todos os seus pares na América Latina, menos para o trio dos mais pobres (Bolívia, Guatemala e Honduras). Perde para o Paraguai (20º), aquele país vizinho que costuma ser alvo de tantas piadas dos brasileiros que não enxergam o próprio rabo.

Perde para Nicarágua (29º) e para El Salvador (35º), que há 30 e poucos anos estavam sendo devastados por uma guerra civil. Perde para a Colômbia (30º), que só no ano passado pôs fim a seu conflito interno com as guerrilhas.

É claro que o índice não mede apenas o Produto Interno Bruto (PIB), indicador em que o Brasil aparece costumeiramente entre os dez primeiros do mundo.

Trabalha com mudanças no padrão de vida dos habitantes —"um fenômeno multidimensional que engloba renda, oportunidade de emprego, segurança econômica e qualidade de vida".

Não preciso dizer que a formidável recessão iniciada em fins de 2014 provocou uma substancial piora em todas as dimensões citadas —que, de resto, nunca foram propriamente brilhantes no Brasil.

Não serve de consolo, pelo menos não para mim, o fato de que há um "malaise" global, assim exposto por Klaus Schwab, o acadêmico e empresário alemão que inventou o Fórum Econômico Mundial: "O mundo está em uma encruzilhada.

Os sistemas sociais e políticos que tiraram milhões de pessoas da pobreza e que, por meio século, deram forma às nossas políticas nacionais e globais estão nos decepcionando".

Mais: "Os benefícios econômicos da genialidade e do esforço humano estão cada vez mais concentrados, a desigualdade está aumentando e as externalidades negativas da nossa economia global integrada estão prejudicando o ambiente e as populações vulneráveis".

Foi o que escreveu Schwab em "Aplicando a Quarta Revolução Industrial", lançado na ocasião da versão latino-americana do Fórum Econômico Mundial, que termina nesta quinta (15) em São Paulo.

Se é assim no mundo, ao menos no mundo rico, muito pior é em um país como o Brasil, em que os benefícios da genialidade e do esforço sempre foram muito concentrados e em que a desigualdade nunca diminui.

O presente fornece, portanto, uma penca de motivos para esse difuso mas disseminado sentimento de mal-estar que acomete porção substancial dos brasileiros. O pior é que o futuro pode ser ainda pior, com perdão da redundância.

O Brasil parece estar fora do radar da tal quarta revolução industrial, esse fenômeno caracterizado pela emergência das biotecnologias, da robótica, da inteligência artificial, da computação quântica e por aí vai.

É verdade que o governo federal aproveitou o fórum da capital paulista para lançar a sua Agenda para a [Indústria 4.0](#). Mas é pouco e tarde. Salvo focos isolados aqui e ali, a agenda do Brasil-2018 ainda é 2.0 ou menos. Significa que corremos sério risco de perder também o futuro.

Clóvis Rossi - É repórter especial e membro do Conselho Editorial da Folha. É vencedor do prêmio Maria Moors Cabot.

Carga de energia no sistema interligado do Brasil cai 2,3% em fevereiro, diz ONS

15/03/2018 – Fonte: R7

A carga de energia do sistema interligado do Brasil recuou 2,3 por cento em fevereiro quando na comparação com o mesmo mês do ano anterior, para 68.301 megawatts médios, disse em boletim nesta quarta-feira o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que atribuiu o desempenho principalmente ao clima.

"O mês de fevereiro, que normalmente é caracterizado por altas temperaturas, teve neste ano a incursão de ar frio, ocasionando temperaturas amenas, atípicas para essa época do ano e abaixo da média histórica", apontou o órgão do setor elétrico.

Em números ajustados, que excluem efeitos como a diferença de dias úteis entre os anos, houve queda de 0,1 por cento na carga, que representa a soma do consumo de energia com as perdas na rede.

Houve avanço na região Norte, de 4,1 por cento, enquanto as demais regiões tiveram recuo, com destaque para o Sul (queda de 3,6 por cento) e para o Sudeste (recuo de 2,9 por cento).

No acumulado dos últimos doze meses, a carga do sistema avançou 0,6 por cento, segundo o ONS.

Temer assina decreto que incentiva etanol e biodiesel

15/03/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Decreto da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) foi assinado nesta quarta-feira pelo presidente da República, Michel Temer



Nesta quarta-feira à noite, o presidente Michel Temer assinou o decreto que regulamenta o RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis). O programa adota metas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa para distribuidoras de combustíveis e inclui biocombustíveis em combustíveis fósseis. Um dos objetivos é estimular a cadeia de biocombustíveis.

A assinatura ocorreu em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo), onde o presidente participou do encerramento de conferência alusiva à abertura da safra de cana 2018/19, promovida pelo Santander em parceria com a consultoria Datagro.

Segundo Temer, o RenovaBio é um novo capítulo de uma agenda de modernização e importante para o desenvolvimento do setor. "Diria, pelo entusiasmo que vejo da

plateia e dos que me cumprimentaram, dos que se manifestaram, penso que o RenovaBio, de todos os atos, será um dos mais importantes desse governo”, disse Temer.

O presidente disse ainda que o agronegócio é responsável por grande peso positivo no PIB do país.

“Enfrentamos momentos muito difíceis, em setores que sofreram muito. O setor de etanol, principalmente, talvez tenha sido o que mais sofreu”, disse o ministro (Minas e Energia) Fernando Coelho Filho.

A assinatura do RenovaBio é vista pelo mercado como o início da regulamentação da política nacional de biocombustíveis.

O programa foi uma das bandeiras do Ministério de Minas e Energia para estimular a cadeia de biocombustíveis, incluindo o etanol, afetados pela recessão e pela política da ex-presidente Dilma Rousseff que travou a Petrobras no reajuste de preços da gasolina.

Sob Temer, o preço passou a flutuar conforme as condições no mercado internacional.

Eficiência

O programa vai representar ganhos de produtividade e eficiência, segundo Elisabeth Farina, presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-açúcar).

“[Sua regulamentação] Vai estimular o investimento privado”, disse Plínio Nastari, presidente da Datagro, durante o evento.

Entre os objetivos do projeto, alvo de intenso lobby do setor sucroenergético, estão: valorizar os biocombustíveis nacionais e garantir previsibilidade de investimentos.

O RenovaBio envolve duas metas, nacional (induzir a redução competitiva e eficiente da intensidade de carbono da matriz de combustíveis) e individual (distribuidoras de combustíveis deverão comprar créditos de carbono emitidos pelos produtores de biocombustíveis).

Cade arquiva processo contra Fiat, Ford e Volkswagen

15/03/2018 – Fonte: EM.com

Depois de uma investigação de mais de dez anos, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu arquivar processo contra a Fiat, Ford e Volkswagen que investigava conduta anticompetitiva das montadoras.

A maioria do conselho não seguiu o conselheiro relator, Paulo Burnier, que havia votado pela condenação das montadoras em novembro, e o processo foi arquivado por quatro votos a três. Também a superintendência-geral do Cade havia recomendado que as montadoras fossem condenadas.

No processo, a Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças (Anfape) alega que havia abuso na conduta das empresas, que impedem fabricantes independentes de produzirem peças externas para reposição, como para-choques, lataria, faróis e retrovisores.

As montadoras se defenderam com o argumento de que as peças aparentes estão sob registro de propriedade industrial por terem design diferenciado para cada modelo, e têm exclusividade na produção protegida pela lei de propriedade intelectual. Para a Anfape, essa exclusividade não valeria no mercado de reposição de autopeças, apenas no mercado primário.

A decisão do Cade nesse processo era acompanhada de perto por especialistas na área porque é vista como um precedente para outros casos em que há discussões sobre os limites dos direitos de propriedade industrial sobre a concorrência.

A maioria do conselho entendeu que as empresas estavam amparadas pela lei de propriedade intelectual e que a prática não era danosa à concorrência. "Não podemos condenar as montadoras por algo que elas não cometeram, isso causaria uma insegurança jurídica muito grande. Elas têm o direito de propriedade industrial e estão utilizando", afirmou a conselheira Cristiane Alkmin.

Em novembro, o relator do processo, Paulo Burnier, havia votado pela condenação das três montadoras com pedido de pagamentos que somam R\$ 4,2 milhões. Em seu voto, o relator afirmou que a manutenção do direito de propriedade industrial no mercado de reposição cria um monopólio ao qual o consumidor estará preso após comprar o veículo. "A única forma de atuar nesse mercado é copiando o desenho da peça original.

O exercício de propriedade industrial nesse mercado impede a concorrência", afirmou. Desde então, o julgamento foi interrompido por dois pedidos de vistas e retomado nesta quarta-feira, 14.

GE inicia voos de teste com motor gigante GE9x após atrasos

15/03/2018 – Fonte: R7

A General Electric começou voos de teste do maior motor a jato do mundo após atrasos causados por problemas técnicos, segundo um boletim para companhias aéreas visto pela Reuters.

Uma aeronave equipada com o motor GE9X, que está sendo desenvolvido para o Boeing 777X, voou na terça-feira, marcando o início dos testes do equipamento, afirma o boletim.

A GE não comentou o assunto de imediato.

Indústria local pede proteção ao governo

15/03/2018 – Fonte: EM.com

O anúncio dos Estados Unidos de sobretaxar as importações de aço em 25% e as de alumínio em 10% está gerando nova onda de pedidos de proteção à indústria brasileira por parte do empresariado local. O movimento ocorre num momento em que o Ministério da Fazenda se opõe a qualquer tipo de ajuda ao setor industrial.

Na quarta-feira, 14, o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch, cobrou do governo brasileiro medidas para proteger o mercado de eventual fluxo de entrada de produtos chineses em todos os segmentos, e não só o aço.

Ele disse, por exemplo, que o antidumping (quando um produto é exportado a preços menores que os praticados no país de origem), tem de ser tratado de forma mais séria. O executivo se referia à decisão recente da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligada à Fazenda, de não aplicar medida antidumping na importação de aço da China e da Rússia alegando interesse público (risco de inflação).

Segundo Steinbruch, o jogo foi alterado e o País precisa se posicionar. "Levantaram a bola para o Brasil fazer gol", disse. "Ou seremos um grande shopping center de produtos importados ou um país com infraestrutura, com investimento intensivo de capital."

Com receio de uma "inundação" de aço de países que deixarão de exportar para os EUA, o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse que "não podemos ser ingênuos e manter as portas abertas e nos tornarmos a lixeira do mundo em termos de aço."

Ele disse que, para a indústria siderúrgica brasileira os problemas serão a concorrência mais dura em destinos como a América Latina e a chegada de aço mais barato no próprio mercado brasileiro. "Precisamos de uma defesa comercial ágil, mas o Ministério da Fazenda não tem a indústria como prioridade." A Fazenda não comentou.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou que a forma de o País defender-se da concorrência desleal é ter um sistema forte de defesa comercial, sobretudo direitos antidumping, amparado pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Em nota, informou que "o governo americano quer combater comércio desleal usando uma lei contrária às normas internacionais.

Já no caso do Brasil, o governo faz o certo ao buscar novos acordos comerciais, mas erra ao promover o desmonte da defesa comercial brasileira. "Há uma tentativa deliberada, liderada pelo Ministério da Fazenda e a Casa Civil, de politizar um processo técnico, desprotegendo a indústria e criando insegurança jurídica."

"Todos os países do mundo, exceto o Brasil, não só defendem sua indústria como a estimulam", disse o presidente da Abiquim (setor químico), Fernando Figueiredo, que também criticou a Camex.

"Não importa se esta decisão insana corta empregos no Brasil e transfere empregos bem remunerados para o exterior. Quem na Esplanada dos Ministérios se importa com 12 milhões de desempregados?"

Na opinião da economista Vera Thorstensen, do Centro do Comércio Global e do Investimento, o Brasil precisa usar instrumentos para se defender com base nas regras da OMC. Ela criticou a negociação bilateral oferecida por Trump. "É um fato inédito impor a retaliação e sentar com cada país para negociar acordos de restrição", disse. "É voltar às décadas de 80 e 90."

Decisão de Donald Trump põe 5 mil metalúrgicos em alerta

15/03/2018 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Os 5 mil metalúrgicos da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará, viram como uma ameaça aos seus empregos a decisão do governo americano de impor uma tarifa de 25% nas importações de aço e de 10% nas de alumínio.

O assunto chegou a ser levantado na última assembleia convocada para discutir a campanha salarial.

"Temos 2.600 metalúrgicos contratados pela CSP e mais 2.400 terceirizados, totalizando cinco mil, que estão preocupados com essa situação imposta por Trump", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Ceará, Fernando Chaves.

"Até agora não falaram em demissão, mas não estão contratando. O clima dentro da siderúrgica é de expectativa e esperamos que isso se resolva logo. Que o presidente dos EUA entenda que precisamos desse emprego com a nossa produção de aço que exportamos para lá", afirmou nesta quarta-feira, 14, um metalúrgico que trabalha na CSP há um ano e meio e pediu para não ser identificado.

Com um ano de CSP, outro metalúrgico, que também pediu anonimato, disse que os trabalhadores não foram avisados sobre o problema e a produção continua a todo vapor. "Se essa situação chegar até nós, será ruim, pois o emprego está difícil".

Em operação parcial desde 2016, a siderúrgica, que é uma sociedade entre a Vale e as coreanas s Dongkuk e Posco, foi inaugurada oficialmente há um ano. Na época, o governo do Ceará tinha a expectativa de que CSP, em sua capacidade plena, chegasse a representar 12% do PIB do Estado.

A superintendente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará (Simec), Vanessa Pontes, destacou em nota que "a sobretaxa onera os exportadores de aço para os EUA e gera desigualdade competitiva em favor das siderúrgicas americanas". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

'Se não fosse a OMC, já estaríamos em guerra comercial', diz Azevêdo

15/03/2018 – Fonte: EM.com

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, afirmou que, se a entidade que lidera não existisse, o protecionismo global estaria mais avançado. "Se não fosse a OMC, já estaríamos em uma guerra comercial", disse na tarde desta quarta-feira, 14, no Fórum Econômico Mundial, ao ser questionado sobre a possibilidade de o sistema de livre comércio estar em decadência.

Azevêdo acrescentou que o início de uma conversa entre os Estados Unidos e os países prejudicados pela sobretaxação americana sob a importação de aço e de alumínio já é um caminho para solucionar o problema.

"O momento atual é melhor do que o que estávamos antes. Pelo menos começou um diálogo entre as partes que estão sendo afetadas. E isso é um caminho. Não resta a menor dúvida de que sem o diálogo não vamos encontrar solução nenhuma", destacou.

O brasileiro desconversou quando questionado sobre a debilidade da OMC para resolver a questão, já que três das sete vagas para juízes do órgão estão desocupadas. "Ainda não estamos em solução de controvérsia. Não está nem perto disso ainda. Nenhum país levou esse tema para a OMC."

Hoje, o presidente Michel Temer afirmou que estuda recorrer à OMC contra a tarifa de importação de adotada pelos EUA.

EUA sinalizam que poucos produtos serão excluídos das tarifas de aço e alumínio

15/03/2018 – Fonte: EM.com

Os empresários que procurarem evitar tarifas sobre as importações de produtos de aço e alumínio enfrentarão grandes obstáculos sob as novas regras para o setor, que deverão ter apenas algumas poucas exceções sob o argumento de respeito aos quesitos de segurança nacional, sinalizaram fontes do Departamento de Comércio dos Estados Unidos à Dow Jones Newswires.

O Departamento de Comércio deve divulgar no final desta semana ou início da próxima semana um plano detalhado para as indústrias que procuram exclusões, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto. Ao mesmo tempo, Robert Lighthizer, representante comercial dos EUA, está negociando com governos estrangeiros as isenções tarifárias a nível nacional, também com base em grande parte na segurança nacional.

Na semana passada, o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou que a partir do dia 22 de março será cobrada uma taxa de 25% para importações de aço e 10% sobre as de alumínio. O movimento gerou ameaças de retaliação em todo o planeta e

iniciou uma corrida das demais nações para conseguir a isenção das barreiras alfandegárias.

As fontes ouvidas pela Dow Jones Newswires sinalizaram que os importadores dos EUA provavelmente terão de pagar tarifas sobre as importações de produtos siderúrgicos mesmo que se candidatem a uma eventual exclusão. Não está claro se as tarifas serão reembolsadas se a empresa conseguir, posteriormente, uma eliminação da barreira.

Funcionários do Departamento do Comércio procuraram assessores do Congresso nesta terça-feira para tratar do tema. O secretário de Comércio, Wilbur Ross, e funcionários de outras agências levarão em consideração os argumentos voltados para a segurança nacional, a base jurídica da imposição de tarifas, de acordo com pessoas familiarizadas com o processo.

Por sua vez, fabricante de autopeças e de recipientes metálicos estão preocupados com o aumento dos custos das matérias-primas.

Nos bastidores, os funcionários do Departamento de Comércio estão admitindo que não querem excluir muitos produtos, preferindo que a indústria de metais dos EUA aumente a produção para fornecer os produtos necessários.

Embaixador brasileiro lança ofensiva nos EUA

15/03/2018 – Fonte: tribuna PR

O governo Michel Temer realiza uma ampla ofensiva de convencimento da administração Donald Trump para tentar excluir o Brasil da tarifa de 25% sobre a importação de aço.

O elenco de argumentos abrange os US\$ 11 bilhões investidos por empresas brasileiras no setor siderúrgico dos EUA, o saldo comercial favorável aos americanos na última década, a cooperação dos dois países na área de defesa e a participação do Brasil nos fóruns internacionais que tentam combater o excesso de produção de aço pela China.

Em Washington, o embaixador Sergio Amaral realiza encontros com deputados que representam cidades ou regiões que têm investimentos brasileiros – não apenas na área siderúrgica – em busca de apoio ao pedido de exclusão.

“Empresas brasileiras estão entre as maiores empregadoras em vários distritos eleitorais”, disse Amaral, dando como exemplo os casos da Embraer, na Flórida, e da Braskem na Pensilvânia.

Nesta quarta-feira, 14, Amaral entregou ao representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), Robert Lighthizer, uma carta em que o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, sustenta que a produção de aço brasileira é complementar à americana e alerta para os impactos negativos da imposição da tarifa de importação.

Mas ainda não está claro qual será o procedimento para países e empresas apresentarem recursos contra a aplicação da barreira, disse o embaixador, que discutiu a questão do aço há duas semanas com Lighthizer.

A expectativa é que haja uma nova reunião entre o representante de Comércio e autoridades brasileiras em breve.

A ofensiva do governo ocorre em paralelo à da iniciativa privada, que articula sua ação em conjunto com empresas americanas, observou o embaixador.

Levantaram a bola para o Brasil fazer gol, diz Steinbruch sobre aço

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch, cobrou o governo brasileiro de tomar uma medida para proteger o mercado brasileiro de um eventual fluxo de entrada de produtos chineses – não só o aço – ao País. Segundo ele, o jogo comercial global foi alterado depois de que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou medida para sobretaxar o aço e alumínio importado.

“O que está sendo discutido neste momento é emprego e renda. Essa questão, por parte do governo, tem que ser imediata. Eu duvido que o governo não faça nada. Levantaram a bola para o governo, em um ano de eleição”, disse o executivo, em reunião com analistas e jornalistas na sede da companhia.

Steinbruch disse que qualquer movimento não é setorial, mas uma medida a ser adotada precisa englobar, na prática, todos os setores. Destacou, contudo, que até o momento o governo não se pronunciou sobre esse tema. “Ou seremos um grande shopping center de produtos importados ou um país com infraestrutura, com investimento intensivo de capital. Essa é uma discussão mais profunda. O jogo foi alterado e cada País precisa se colocar. Levantaram a bola para o Brasil fazer gol.”

O presidente da CSN colocou a medida de elevar as taxas de importação do aço e alumínio nos Estados Unidos como uma oportunidade para o Brasil e que o País só será penalizado caso não se posicione e acabe sendo destino de aço importado, principalmente do vindo na China. “A questão do aço e alumínio é um ponto. Houve uma mudança do eixo comercial do mundo. Temos que ser parte disso”, afirmou.

Steinbruch reconheceu que o ano eleitoral pode afetar, mas disse que o Brasil não pode perder o momento para tomar qualquer tipo de medida. “Não consigo ver um país no médio longo prazo sem uma indústria intensiva de capital”, disse.

Quanto à sobretaxa, o executivo disse que há pouco efeito para a indústria siderúrgica nacional, visto que o aço hoje exportado aos Estados Unidos pode ser redirecionado ao mercado interno, cuja demanda crescerá neste ano, que possui margens melhores.

Temer diz que ligará para Trump para discutir sobretaxação de aço e alumínio

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da República, Michel Temer, disse nesta quarta-feira, 14, que vai ligar para o presidente norte-americano, Donald Trump, para discutir a sobretaxação das importações de aço e alumínio nos Estados Unidos, medida que atinge em cheio a indústria siderúrgica brasileira.

Temer afirmou que a taxa do aço nos Estados Unidos é motivo de grande preocupação, mas que precisa ser tratada com “muito cuidado”, dado que os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil.

Ao participar da edição latino-americana do Fórum Econômico Mundial em São Paulo, Temer assinalou que vai investir no diálogo, mas confirmou que, se não houver uma solução amigável, vai entrar com outros países prejudicados pela barreira com uma representação contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC).

“A conjugação dos países dará mais força à representação”, declarou Temer ao participar da sessão plenária do Fórum.

Ao lembrar que o Brasil está se movendo em direção à abertura comercial, com a “condução final” de um acordo do Mercosul com a União Europeia e o Canadá, Temer

frisou que seu governo é contra "todo e qualquer protecionismo". "Queremos abertura plena dos mercados estrangeiros em relação ao Brasil."

Presidente da CSN diz não acreditar que aço semiacabado será sobretaxado

15/03/2018 – Fonte: Tribuna PR

A indústria siderúrgica dos Estados Unidos foi estruturada de forma a depender da importação de produtos semiacabados e, por isso, a sobretaxa à importação desse tipo de produto pelo país não deverá ocorrer. A avaliação é do presidente da CSN, Benjamin Steinbruch.

"A siderurgia brasileira está em boa posição em relação à medida dos EUA e precisa ter competência para saber tirar proveito", disse o presidente da CSN em reunião com jornalistas e analistas.

O vice-presidente comercial da CSN, Luiz Fernando Martinez, acredita que as siderúrgicas dos Estados Unidos seguirão, por um bom tempo, sendo dependentes de placas importadas.

Segundo ele, a decisão das siderúrgicas do país de se focar na produção de aço de mais alto valor agregado não terá uma trajetória alterada em um curto espaço de tempo, visto que tais investimentos não são rápidos. "Acordos terão que ser realizados para que o crescimento da indústria americana possa continuar", disse.

O Brasil exportou aos Estados Unidos no ano passado 4,7 milhões de toneladas de aço, sendo que cerca 3,7 milhões de toneladas foram de aço semiacabado. O restante são 500 mil toneladas de aço longo e 500 mil de aço plano. Deste último, a CSN responde por um volume de 350 mil toneladas, e a outra parte é proveniente da Usiminas e outras siderúrgicas.

No entanto, segundo Martinez, a CSN já vem reduzindo suas exportações aos Estados Unidos. Em 2015, por exemplo, o volume exportado pela CSN aos Estados Unidos foi de 714 mil toneladas. "As margens são muito melhores no mercado interno", disse.

Governos precisam de pacto para globalização, diz especialista

15/03/2018 – Fonte: Bem Paraná

Se os governos não conseguirem encontrar um novo pacto para a globalização, os populistas vão continuar vencendo as eleições em diversos países do mundo. A avaliação é de Ngaire Woods, reitora da Escola de Governo Blavatnik da Universidade de Oxford, que mediou um debate sobre o avanço da globalização no Fórum Econômico Mundial, que acontece em São Paulo.

"Moro em um país (Reino Unido) que votou pelo Brexit. Se as pessoas não estiverem satisfeitas com o status quo, elas vão votar contra ele", disse Woods. Para os especialistas reunidos no debate, um novo pacto para a globalização precisa incluir uma revolução na educação e uma atualização de diversos sistemas de governo, como o tributário.

Um dos exemplos citados foi uma possível taxa de tecnologia das empresas de tecnologia, para que os governos tenham verba disponível para investir na capacitação de trabalhadores, em saúde e em aposentadorias. De acordo com Brian Gallagher, presidente da organização não governamental United Way Worldwide, a questão dos "esquecidos pela globalização" é gravíssima, atinge diversos países e vai se prolongar pelos próximos 60 anos.

"Na China, temos milhões de crianças que foram abandonadas no campo por seus pais que migraram para as cidades. O governo chinês teme que essas crianças provoquem um imenso problema social quando crescerem", disse. Roberto Azevêdo, diretor geral da Organização Mundial de Comércio, disse os avanços tecnológicos são responsáveis por 80% dos empregos perdidos nas economias desenvolvidas, superando questões da globalização, como a chegada de imigrantes ou a transferências de indústrias para outros países.

"Temos que investir em capacitação. Alguns estudos mostram que dois terços das crianças vão trabalhar com funções que ainda nem existem. Se décadas atrás o mais importante era aprender uma nova língua, hoje é estudar programação para entender a nova lógica", afirmou.

Para Jorge Faurie, ministro de Relações Exteriores da Argentina, os governos e as organizações internacionais, criadas no pós segunda guerra mundial, não estão preparados para lidar com o avanço da tecnologia e da globalização, mas terão que aprender rápido. "A primeira coisa que temos que ensinar para a população é que não há maneiras de parar isso".

Maia patrocina reação do Congresso à sobretaxa de Trump ao aço

15/03/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Rodrigo Maia articulou decreto para suspender desconto nas tarifas de etanol importados dos EUA



O presidente da Câmara, deputado federal Rodrigo Maia (DEM) - Pedro Ladeira-13.mar.18/Folhapress

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu patrocinar uma reação do Congresso às novas taxas para importação de aço e alumínio estabelecidas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Na semana passa, o republicano anunciou que as tarifas passarão de até 0,9% para 25% sobre o aço e de 2% para 10% sobre o alumínio. A justificativa de Trump para impor as sobretaxas é a suposta necessidade de preservação da segurança nacional. A medida adotada pelo governo americano prejudica o comércio exterior do Brasil, um dos principais exportadores desses produtos.

Nesta quarta-feira (14), Maia chancelou a elaboração de um decreto legislativo assinado pelo deputado Fábio Garcia (DEM-MT), seu correligionário, que, se aprovado, suspenderá o desconto nas tarifas do etanol importado dos EUA.

Segundo o texto, ao qual a Folha teve acesso, o projeto de decreto legislativo "visa sustar a resolução da Camex (Câmara de Comércio Exterior) que altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul referente aos produtos com um teor de água igual ou inferior a 1% vol (álcool etílico)."

Por decisão da Camex no ano passado, os EUA podem vender no Brasil 600 milhões de litros de etanol por ano sem pagar tarifa de importação de 20%.

Se o decreto legislativo for aprovado, toda a importação de etanol americano passaria a ser taxada ao entrar no Brasil.

De acordo com o documento, a medida vai "proteger a geração de emprego e renda deste setor pela indústria brasileira".

O objetivo de Maia é aprovar o decreto na Câmara e no Senado caso os EUA mantenham a decisão de impor a sobretaxa à importação de aço e alumínio do Brasil. O governo americano pode negociar exceções no aumento das tarifas, e o Brasil aguarda para saber se será ou não incluído nessas ressalvas.

Para ter o aval do Congresso, o texto precisa de aprovação com maioria simples nas duas Casas --ou seja, maior parte dos votantes em plenário.

Em disputa pelo protagonismo da agenda econômica, Maia, que se lançou pré-candidato à Presidência na semana passada, quis se antecipar a Temer na reação aos EUA.

O presidente da Câmara não consultou o emedebista para a edição do decreto, dando início a uma possível retaliação aos americanos sem coordenação com o Palácio do Planalto.

O governo brasileiro estudava medidas para tentar contornar as sobretaxas de Trump, como por exemplo o apelo à OMC (Organização Mundial do Comércio).

A intenção do recurso foi verbalizada nesta quarta por Temer, mas até agora nenhuma ação concreta foi anunciada.

Trump bateu no aço, Brasil vai revidar no etanol de milho

15/03/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Presidente da Câmara decide levar adiante projeto de decreto legislativo que suspende desconto na tarifa de 600 milhões de litros de etanol importados por ano dos EUA

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu patrocinar uma reação do Congresso às novas taxas para importação de aço e alumínio estabelecidas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Nesta quarta-feira (14), Maia chancelou a elaboração de um decreto legislativo assinado pelo deputado Fábio Garcia (DEM-MT), seu correligionário, que, se aprovado, suspenderá o desconto nas tarifas do etanol importado dos EUA.

Segundo o texto, ao qual a reportagem teve acesso, o projeto de decreto legislativo "visa sustar a resolução da Camex (Câmara de Comércio Exterior) que altera a Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul referente aos produtos com um teor de água igual ou inferior a 1% vol (álcool etílico)."



Por decisão da Camex no ano passado, os EUA podem vender no Brasil 600 milhões de litros de etanol por ano sem pagar tarifa de importação de 20%.

Se o decreto for aprovado, toda a importação de etanol americano passaria a ser taxada ao entrar no Brasil.

De acordo com o documento, a medida vai "proteger a geração de emprego e renda deste setor pela indústria brasileira".

O objetivo de Maia é aprovar o decreto na Câmara e no Senado caso os Estados Unidos mantenham a decisão de impor a sobretaxa à importação de aço e alumínio do Brasil. Para ter o aval do Congresso, o decreto legislativo precisa de aprovação com maioria simples nas duas casas -ou seja, maior parte dos votantes em plenário.

Em disputa pelo protagonismo da agenda econômica, Maia, que se lançou pré-candidato à Presidência na semana passada, quis se antecipar a Temer na reação aos EUA. O presidente da Câmara não consultou o emedebista para a edição do decreto, dando início a uma possível retaliação aos EUA sem coordenação com o Palácio do Planalto.

O governo brasileiro e as indústrias do país já estudavam medidas para tentar contornar as sobretaxas de Trump, como por exemplo o apelo à OMC (Organização Mundial do Comércio), mas até agora nada foi anunciado oficialmente.